



Índice

- 01** [Ministério participa de encontro sobre comunidades tradicionais](#)
- 02** [Governo anuncia mais de R\\$ 28 milhões para fortalecer serviços extrativistas do Acre](#)
- 03** [Amazônia: empresas e comunidades fazem pacto pela floresta em pé.](#)
- 04** [Demandas da saúde indígena serão discutidas em câmara técnica](#)
- 05** [Comissão aprova fiscalização de convênio de atenção à saúde indígena](#)
- 06** [MPF/AM exige indenização de R\\$ 200 mil e reformas para melhorar Educação Indígena dos Apurinã](#)
- 07** [A ação humana no território indígena é debatida em evento da Unesc](#)
- 08** [Indígenas ganham apoio contra PEC da demarcação de terras](#)
- 09** [Rebeca Campos Ferreira, do MPF RO: Narrativa dos indígenas Tenharim aos parentes, autoridades e sociedade brasileira](#)
- 10** [Cacique Raoni começa giro pela Europa](#)
- 11** [Rio Paraguai para de subir e traz alívio à ribeirinhos](#)
- 12** [RJ – Sob pressão, Inea suspende licença de barragem no rio Guapiagu](#)
- 13** [Combate Especial: Entrevista com Claire Doran e Eva Mascolo Fortin, organizadoras do TPP Canadá](#)



- 14** Informativo da Aty Guasu: Líder Valmir Guarani Kaiowa é cercado e preso por quatro homens desconhecidos na cidade de Amambai-MS
- 15** Pauta dia 4 – 15h: governo leva energia às comunidades quilombolas do paraná
- 16** STF: Ministro devolve processo sobre reserva indígena Cachoeirinha  Justca Federal de MS
- 17** Projeto resgata cultura dos karajá e xavante
- 18** ndio supera adversidades e preconceitos e conclui mestrado na UnB
- 19** Jovens indígenas pedem mais atenção  saúde e  educação
- 20** Timóteo cobra do MJ respeito no caso dos conflitos indígenas na Bahia
- 21** Na universidade, índios buscam formação para socorrer aldeias em Minas
- 22** Tribunal de Justca acata pedido do MPF e DPU, e os cinco prisioneiros Tenharim ficarão em Rondônia
- 23** No Dia Nacional em Defesa do Velho Chico, campanha alerta para problemas no rio
- 24** Itaipulândia: A base náutica foi invadida por índios na semana passada
- 25** “Esse ufanismo de que o Brasil é o celeiro do mundo é uma falácia”: Sérgio Sauer
- 26** Carta Aberta em Defesa das áreas Protegidas Brasileiras
- 27** Secretária da Educação recebe representantes de escola e líderes da comunidade quilombola de Brejo Grande
- 28** Cursos do Pronatec já atendem a indígenas de Tocantínia
- 29** ndios do Noroeste: miséria e luxo brigam para garantir espaço



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

-
- 30** [Hantavirose: expansão do agronegócio faz doença espalhar entre índios e comunidade rural em MT](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

Ministério participa de encontro sobre comunidades tradicionais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 03.06.2014

Secretário executivo Marcelo Cardona apresenta ações que traduzem o esforço do governo federal para atender o segmento

Cerca de 250 lideranças comunitárias e gestores se reuniram nessa segunda-feira (2), em Belém (PA) para o Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. O objetivo do encontro é discutir políticas públicas para o segmento. Na ocasião, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), Marcelo Cardona, apresentou as conquistas dos programas e ações do governo federal na região Norte. Ele também mostrou exemplos que traduzem o esforço em atender povos e comunidades tradicionais, como o Plano Safra, que, para o período 2014/2015, tem investimento recorde de R\$ 24,1 bilhões.

"Se houver necessidade de ampliação desses recursos, isso será feito. O objetivo é possibilitar que todos os agricultores e os povos e comunidades tradicionais tenham acesso ao crédito e à assistência técnica de qualidade para que consigam produzir e se sustentar", afirmou o secretário.

Sobre o encontro em Belém, Cardona destacou que os espaços de debate são importantes para que os governos federal, estadual e municipal avancem e reconheçam a diversidade que existe em cada uma das representações. "Precisamos enxergar o que está faltando para que possamos implementar políticas públicas voltadas a este segmento. Esse conjunto de reflexões servirá para fazermos os ajustes necessários para avançarmos cada vez mais", disse.

Agenda

A representante da comunidade quilombola Monte Alegre do município de São Luís Gonzaga (MA), Maria de Jesus Ferreira, ressaltou a importância do debate para o avanço nas políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais: "temos que nos unir para sairmos da invisibilidade. Acredito que no fim teremos um documento que atenda nossos povos". Maria de Jesus é do movimento interestadual das quebradeiras de coco de babau, que integra a CNPCT.

O evento prossegue até quinta-feira (5) e tem por objetivo avaliar e aprimorar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Fonte:

Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome



Governo anuncia mais de R\$ 28 milhões para fortalecer serviços extrativistas do Acre
SÍTIO O RIO BRANCO, 03.06.2014

Os recursos estão sendo investidos em planos de manejo comunitario, piscicultura, fruticultura, fortalecimento da cadeia da borracha, da castanha e de outros produtos florestais. O governador Tião Viana e o secretário de Indústria e Comércio (Sedens), Edvaldo Magalhães, anunciaram no último sábado, 31, na Comunidade Rio Branco, da Reserva o Chico Mendes, em Xapuri, investimentos de R\$ 28 milhões nas Reservas Extrativistas e Florestas Públicas do Acre, através de convênios assinados com associações, comunidades e prefeituras.

Os recursos estão sendo investidos em planos de manejo comunitario, piscicultura, fruticultura, fortalecimento da cadeia da borracha, da castanha e de outros produtos florestais, beneficiando diretamente mais de três mil famílias de extrativistas.

A Reserva Extrativista Chico Mendes, que está completando 24 anos de fundação, é a primeira do país a ter autorização para realizar um plano de manejo comunitário.

Durante o evento, que contou com a participação do presidente do Instituto Chico Mendes, Roberto Vicentim, o governador Tião Viana fez questão de lembrar a luta de pessoas como Chico Mendes, Dom Moacyr e Ilson Pinheiro, na defesa dos povos da floresta.

"Esse ato tem uma importância especial. Um misto de saudade, sentimento e esperança. Aqui recordamos a luta de companheiros que sempre se dedicaram em defesa da valorização dos povos da floresta e renovamos nosso desejo de sonhar com uma vida bem melhor para nossas famílias extrativistas. Acreditamos que podemos preservar nossa floresta, garantindo a melhoria da qualidade de vida do nosso povo", disse.

Tião Viana agradeceu o apoio da presidente Dilma Rousseff, destacando a atenção especial que ela vem dando à população acreana.

"Temos uma presidente comprometida e preocupada com nosso povo. Esses investimentos são possíveis graças a sensibilidade dela e ao amor que esse povo tem pela floresta", afirmou. O secretário da Sedens, Edvaldo Magalhães, ressaltou que o fortalecimento dessas culturas e a implantação de planos de manejos comunitários nas Reservas Extrativistas e Florestas Públicas, trouxe melhoria na qualidade de vida para milhares de pessoas.

"Essas ações são fundamentais para mudar a vida de milhares de pessoas que moram nas reservas e florestas públicas. Junto com os investimentos, temos melhorias na infraestrutura, com abertura e recuperação de ramais; garantia da comercialização de produtos da agricultura familiar; possibilidade de acesso ao Programa de Habitação Rural (PHR); além de programas de esporte e lazer", destacou.

A deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB) fez um discurso emocionado, agradecendo o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

esforço e a dedicação do governador Tião Viana, ressaltando a importância de ações que possam melhorar a qualidade de vida das famílias acreanas.

"Esse ato é mais um que participo com o governador Tião Viana e que alegram meu coração. Porque para mim a política é um instrumento que temos para ajudar as pessoas a realizarem seus sonhos. Aqui temos a concretização de sonhos e a oportunidade de melhorar a vida de milhares de famílias", enfatizou.

Participaram ainda do ato a desembargadora Eva Evangelista, o promotor Vinicius Menandro, os deputados estaduais Moises Diniz e Manoel Moraes, o conselheiro do TCE Ronald Polanco, além de secretários e representantes das reservas extrativistas do Alto Juruá, Alto Tarauacá, Chico Mendes, Cazumbá e Iracema.

Líderes extrativistas agradecem apoio do governo

O representante dos extrativistas, De Araujo, fez questão de agradecer o apoio dos governos Estadual e Federal, lembrando que os investimentos anunciados concretizam os sonhos das famílias extrativistas das cinco reservas do Estado.

"Hoje é o dia mais feliz da minha vida. Lembro que há um ano atrás conversava com o governador e dizia que nós não nos sentíamos contemplados. Hoje, tudo que está acontecendo aqui é a realização do nosso sonho", disse.

O extrativista Raimundo Barros, recordando a luta de Chico Mendes, convocou os extrativistas de todo Estado para continuar lutando por melhorias para as famílias. Para ele, os investimentos que estão sendo feitos representam o início de um novo tempo para o extrativismo no Estado.

"Nós precisamos sonhar grande e continuar lutando por melhorias. Esse ato aqui é prova que temos um governo comprometido com nosso povo e que nossos sonhos serão realizados", afirmou.

Investimentos:

Planos de Manejos Comunitários

Atualmente mais de 600 famílias de extrativistas que vivem em Reservas, Florestas Públicas e Projetos de Assentamentos Florestais (PAFs) no Acre, estão sendo diretamente beneficiadas com Planos de Manejo Comunitário, e até o final de 2014 mais 400 famílias serão contempladas. No total, o Governo do Estado investe nesta área mais de R\$ 11 milhões, que resultará na exploração de cerca de 250 mil metros cúbicos de madeira manejada.

Borracha volta a aquecer a economia do Acre

Plantar 10 mil hectares de seringa, construir uma indústria de Granulado Escuro Brasileiro (GEB), subsidiar subprodutos da borracha, como: látex, CVP (Cernambi Virgem Prensado) e

CONT.



FDL (Folha de Defumação Líquida) são ações desenvolvidas pelo Governo do Acre para fomentar a cadeia da borracha.

Segundo informações da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), dos 10 mil hectares de seringa que o governo estima em plantar, já foram plantados cerca de cinco mil hectares, envolvendo duas mil famílias.

A rentabilidade é a médio prazo, de acordo com o secretário adjunto da Sedens, Fabio Vaz "frase do Fábio fazendo os cálculos de quanto cada família vai ganhar se plantar X hectares de borracha".

Todo esse látex será usado na indústria de preservativos, a Natex, e também na indústria de GEB, que está sendo construída em Sena Madureira, e tem capacidade de produzir mensalmente 176 toneladas do produto, empregar cerca de 180 pessoas e envolver aproximadamente quatro mil extrativistas, contratados para fornecer a matéria-prima.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento, Edvaldo Magalhães, com esses investimentos o Acre se reaproxima do cenário brasileiro da economia da borracha.

Castanha do Brasil

Falar em coleta e industrialização de castanha é contar um pouco da história da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), que aproveitou todos os incentivos dados pelo Governo do Acre e hoje é a maior Cooperativa de Extrativistas do país, atendendo direta e indiretamente mais de quatro mil famílias, e industrializando toda a castanha coletada no Acre e de estados como Rondônia, Amazonas e até do Pará.

A Cooperacre possui um patrimônio de cinco indústrias para beneficiamento de castanha, borracha e de polpas de frutas; armazéns em comunidades extrativistas para armazenamento de produtos e recebe incentivos do Governo para melhoramento da cadeia produtiva, infraestrutura e logística.

Além disso, inaugura nos próximos dias a maior indústria de beneficiamento de castanha do país. Orçada em R\$ 10 milhões tem capacidade de processar mil toneladas de castanha/ano e empregar mais de 100 pessoas. Com toda esta estrutura o Acre se firma como um dos estados brasileiros que mais beneficia castanha no país, com cerca de duas mil toneladas/ano. Todo esse patrimônio pertence aos milhares de extrativistas que são sócios da Cooperacre, que veem nos últimos anos suas vidas melhorarem.

Piscicultura e fruticultura

As áreas abertas existentes dentro da Floresta, que estavam praticamente improdutivas também estão sendo aproveitadas. Novas culturas estão sendo apresentadas aos moradores, e mais de 550 famílias foram inseridas no plantio de frutas e na criação de peixe.

Um investimento do Governo do Estado de R\$ 7 milhões, para construção dos tanques, fornecimento de alevinos e mudas, mecanização de roçados e assistência técnica.



Amazônia: empresas e comunidades fazem pacto pela floresta em pé.

SÍTIO R7, 03.06.2014

Em 2009, quando chegaram à região da Terra do Meio, no Pará, para se juntar a outros parceiros locais, os técnicos do IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola encontraram uma situação típica de um modelo econômico ultrapassado, mas que ainda prevalece em algumas regiões da Amazônia. É o caso dos atravessadores, que se fazem de ponte entre os extrativistas e o mercado. Quase sempre obtendo produtos florestais e pagando preços injustos. Isso quando não impõem trocas de castanha, óleos e borracha por mantimentos ou óleo diesel. Além disso, quando o trabalho começou na região, muitas comunidades não tinham direito sobre seus territórios – geralmente formados por floresta nativa – ficando à mercê dos grileiros.

Foi preciso a ação de diversas organizações civis e do governo para que Terra do Meio se tornasse um mosaico de áreas protegidas, com predomínio das Reservas Extrativistas (Resex). Hoje, a Terra do Meio engloba as Resex do Rio Iriri, do Riozinho do Anfrísio e Rio Xingu, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo. Lá também estão as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xypaia, Curuaia. O mosaico forma uma área protegida de 8,48 milhões de hectares.

A legalidade passou a garantir aos comunitários o direito de uso da floresta. “Essas comunidades têm uma relação profunda com a floresta. Por sucessivas gerações, os extrativistas aprenderam a retirar da floresta os produtos necessários ao sustento e à manutenção da sua cultura. Ao mesmo tempo, eles ajudam a conservar, identificando e denunciando atividades ilegais e predatórias, como retirada de madeira e garimpo”, ensina Patrícia Cota Gomes, engenheira florestal do IMAFLORA, uma das responsáveis pelo projeto Florestas Valor.

O projeto existe desde 2009 com apoio do Fundo Vale, e desde 2013, tem o patrocínio da Petrobras como parte do Programa Petrobras Socioambiental, um dos instrumentos da política de responsabilidade social da companhia. Patrícia Gomes conta que com o apoio do projeto tem sido possível reverter a lógica perversa das antigas relações comerciais, propondo novos modelos de negócio na Terra do Meio.

Potenciais – Primeiro, os especialistas do IMAFLORA fizeram um diagnóstico da produção nas Resex. E detectaram que a borracha, produto tradicional dos extrativistas, tem potencial de mercado para as comunidades.

Pelas práticas do passado, os atravessadores estabeleciam um teto de valor para os produtos, pagando menos de dois reais por quilo. “Era a regra do mercado. Quem não concordava com os preços, ficava de fora”, recorda Gomes. A solução, conta ela, foi falar diretamente com as indústrias que comprem a borracha para tentar ligar as duas pontas, minimizando os intermediários.

CONT.



“As grandes empresas queriam garantias de volume, qualidade, prazos de entrega, capacidade de produção, controle e toda a série de exigências típicas de quem opera profissionalmente no mercado”, lembra a especialista. Foi aí que entrou o apoio técnico para buscar parceiros comerciais interessados em relações diferenciadas e dispostos a incorporar na negociação o modo de vida tradicional das comunidades.

“Conseguimos atrair as empresas e começou a tomar forma o que chamamos de Protocolo Comunitário, um documento que traz as bases para que as relações comerciais e a utilização da biodiversidade nestas áreas possam ser construídas respeitando os princípios de um comércio ético, e os valores das populações da floresta”, explica. Segundo Patrícia Gomes, nessa forma de contrato, os dois lados se manifestam publicamente na comunidade, mostram suas expectativas, assumem posições, compartilham soluções e discutem o que pode ser bom para ambas as partes. Até chegar a um consenso. “Isso é novo no Brasil.”

Opção amazônica – Sensível a esse apelo, a Mercur, líder na indústria de artefatos de borracha, decidiu aderir ao protocolo proposto, e aí começou a virada do jogo em favor dos comunitários. A empresa mandou representantes para a região e encontrou uma comunidade preparada para o diálogo.

O compromisso de entregar um produto de qualidade tinha como contrapartida da empresa uma relação de longo prazo, permitindo que os extrativistas pudessem também cuidar de suas roças, garantindo a segurança alimentar. Na ponta do lápis, o valor do quilo pago pelo látex dobrou.

Durante uma reunião de avaliação do projeto realizada no mês passado, o diretor da Mercur, Jorge Hoelzel Neto, reafirmou o compromisso da empresa em continuar a adquirir a produção de borracha natural das comunidades. O anúncio animou os extrativistas. A empresa é hoje a que melhor paga pelo produto na região. A remuneração tem tido um efeito múltiplo na região. Ela estimula a retomada da cultura seringueira, incentiva as famílias a ficarem no campo cuidando da floresta e ainda faz surgir uma economia de base florestal que não derruba uma árvore sequer.

.....

Sobre o IMAFLORA

O IMAFLORA (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização Não Governamental brasileira, sem fins lucrativos, que trabalha desde 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário e reduzir os efeitos das mudanças climáticas. Saiba mais em www.imaflora.org

Sobre o projeto Florestas de Valor

O projeto Florestas de Valor existe para fortalecer as cadeias de produtos florestais não madeireiros, disseminar a agroecologia e conservar a floresta em três regiões do estado do Pará: na Calha Norte do rio Amazonas, na Terra do Meio e no município de São Félix do Xingu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

O projeto apoia a implantação de sistemas produtivos responsáveis, conecta extrativistas e empresas na lógica do mercado ético e busca sensibilizar a sociedade para o consumo consciente de produtos florestais e para a conservação dos recursos naturais. Saiba mais em www.imaflora.org/florestasdevalor



Demandas da saúde indígena serão discutidas em câmara técnica

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 03.06.2014

Decisão é encaminhamento de reunião realizada nas aldeias de Aracruz sobre melhorias em atendimento

Uma câmara técnica com representantes do governo federal, do governo do Estado, do município de Aracruz (norte do Estado) e das aldeias indígenas Tupinikim e Guarani do município será formada para discutir as demandas relacionadas à saúde indígena no Espírito Santo.

A questão foi discutida em reunião nessa sexta-feira (30), com a participação de representantes do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Minas Gerais e do Espírito Santo, do Ministério da Saúde (MS), da coordenação de articulação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, e das secretarias de Saúde de Aracruz e do governo do Estado, além dos mandatos da senadora Ana Rita (PT) e da deputada federal Iriny Lopes (PT).

De acordo com o cacique Antonio Carlos, da aldeia de Comboios, a principal demanda gira em torno do conserto de sete veículos que auxiliavam as aldeias no transporte de doentes e de medicamentos. Esses carros são de propriedade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que se comprometeu, na reunião, a consertar dois dos sete carros. Será necessária a abertura de um processo licitatório para o conserto dos outros cinco carros e, enquanto esses não puderem ser utilizados, a Sesai se comprometeu a contratar um outro veículo, tipo van, para auxiliar as aldeias.

O cacique detalhou que, caso as providências não sejam efetivadas, será ajuizada uma ação no Ministério Público Federal (MPF) para exigir a reparação dos veículos. Cada aldeia também dispõe de um carro da prefeitura do município para o mesmo serviço que, como afirma o cacique, estão funcionando. Além disso, como relatou o cacique, a Sesai renovou convênios para a realização de exames e consultas, reforma e ampliação dos postos de saúde que já existem no território demarcado, e disponibilização de serviços de ótica e funerários aos índios.

Outra demanda importante para a melhoria da assistência básica à saúde indígena é a criação de um DSEI em território capixaba. O DSEI é um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena articulado ao Sistema Único de Saúde (SUS), uma base territorial e populacional, sob responsabilidade sanitária, que leva em consideração a especificidade da cultura e da população indígena no tratamento básico à saúde desses povos. O distrito que atende às aldeias do Estado está localizado na cidade mineira de Governador Valadares, o que prejudica o acesso dos índios do Espírito Santo aos serviços de saúde, por estarem geograficamente distantes.

De acordo com Antonio Carlos, já há local no Estado para a instalação do DSEI e há a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

expectativa, por parte do Ministério da Saúde e das aldeias, de que ele seja criado em breve. A deputada Iriny Lopes sugeriu ao Ministério Público Federal que recorra à Sexta Câmara Federal para buscar uma solução definitiva para o problema.

A questão dos veículos disponibilizados às aldeias motivou protesto na última semana pelos índios Guarani de Aracruz. No mesmo ato, que bloqueou trecho da rodovia ES 010, eles cobraram a compensação ambiental pelo gasoduto da Petrobras que corta as aldeias e melhorias na educação indígena.



Comissão aprova fiscalização de convênio de atenção à saúde indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

Tiago Miranda, Agência Câmara

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou na última quarta-feira (28) fiscalização do convênio para execução de serviços e ações de atenção básica à saúde indígena de 2011 a 2012.

De acordo com o deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que sugeriu a Proposta de Fiscalização e Controle 99/12, o Ministério Público (MP) do Mato Grosso do Sul investigou o convênio da Secretaria de Saúde de Dourados e a organização de sociedade civil de interesse público (Oscip) Amigo do Índio para prestar esses serviços. Apesar de o MP ter encontrado irregularidades e sugerido mudanças, nenhuma atitude foi tomada.

O município tem 200 mil habitantes e a maior população indígena do País, constituída pelas etnias guarani-kaiowá e terena. A prefeitura é responsável por monitorar o uso dos recursos da Política Nacional de Atenção Básica para saúde indígena. "O município não tem cumprido o compromisso como corresponsável pelo monitoramento", afirmou o deputado.

Irregularidades

A presidente da entidade Amigo do Índio, Érica Ferri, deixou de explicar indícios de irregularidades como endereços fictícios nas certidões e alvarás de localização. "A entidade não comprovou qualificação técnica e capacidade operacional para a execução de ações e serviços de saúde pública", afirmou Marçal.

Segundo auditoria do MP, citada pelo deputado, há ligação entre o prefeito de Dourados, Murilo Zuith, e a entidade. O contador do prefeito, por exemplo, faz parte da direção da Amigo do Índio. Entre outras regularidades apontadas por Marçal, está a contratação do marido da presidente da Amigo do Índio para o cargo de secretário-executivo da entidade.

Investigação

O deputado Manuel Rosa Neca (PR-RJ) sugeriu uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar se a prefeitura acompanhou o convênio entre a Secretaria de Saúde de Dourados e a Amigo do Índio. O parlamentar ampliou a análise para começar em 2010 e ir até 2012.

Neca também recomendou:

- apreciar a gestão dos recursos da União destinados à saúde repassados a Dourados, de 2010 a 2012, e a regularidade do convênio firmado entre a secretaria e a entidade; e
- emitir manifestação sobre as irregularidades apontadas na proposta de fiscalização e controle e na auditoria do MP estadual.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

A partir da análise de todas as informações obtidas, Neca pretende elaborar um relatório final sobre o andamento da fiscalização.

Íntegra da proposta:

PFC-99/2012

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Carlos Rosalba.



MPF/AM exige indenização de R\$ 200 mil e reformas para melhorar Educação Indígena dos Apurinã

SÍTIO A CRÍTICA, 03.06.2014

Localizado em Boca do Acre, no extremo sul do Amazonas, o povo indígena Apurinã sofre com problemas de atendimento de merenda, sede escolar com risco de desabamento e falta de professores adequados

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) entrou com ação civil pública na Justiça Federal, com pedido de liminar, para que a União, o Estado do Amazonas e o Município de Boca do Acre (distante 1.028 quilômetros de Manaus), providenciem a correta prestação de serviços de educação ao povo da terra indígena Apurinã, com a adequação de processos próprios de aprendizagem, a contratação de professores e a elaboração de material didático com conteúdos relacionados aos conhecimentos do povo indígena.

A ação foi proposta após realização da 6ª edição do Projeto MPF na Comunidade, onde foi realizada reunião com a Secretaria de Educação do Município de Boca do Acre, em janeiro de 2014. Na ocasião, a secretária reconheceu que há problemas na estruturação das escolas e afirmou que vem tentando dar atenção à reforma daquelas existentes.

Na mesma oportunidade, o MPF/AM também realizou reunião com a Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi de Boca do Acre/AM (OPIAJBAM), a qual relatou, por meio de ofício, que a situação da educação indígena ainda enfrenta graves problemas, entre eles o da precariedade da infraestrutura das escolas, carência na merenda escolar fornecida pela prefeitura e a falta de professores de língua indígena.

Ainda de acordo com a ação, a escola presente na comunidade funciona em uma casa em péssimas condições de conservação e que corre sério risco de desabar. "O corpo docente visivelmente não atende às necessidades dos alunos, sendo que nestes casos é comum a utilização de turmas multisseriadas, ou seja, vários alunos de idades e graus de escolarização estudam juntos na mesma sala, muitas vezes sob o apoio de um único professor", afirmou o procurador da República Julio José Araujo Junior na ação, destacando que a prática é bastante prejudicial ao desenvolvimento intelectual dos alunos que se encontram em formação básica.

Medidas

Como medida para evitar a longa tramitação do processo, o MPF/AM requer a determinação judicial, em caráter liminar, que a União, o Estado do Amazonas e o Município de Boca do Acre elaborem, no prazo de 60 dias, um projeto de construção de escola indígena e que concluam a construção da escola na aldeia Camapã da Terra Indígena Apurinã no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

CONT.



O MPF/AM pede também que a Justiça Federal determine à União e ao Município de Boca do Acre que direcionem recursos para o atendimento de merenda escolar das comunidades da Terra Indígena Apurinã, sob pena de sequestro de verbas, e que o Município contrate e capacite, no mínimo, quatro professores indígenas em até 60 dias.

Ao Estado, a ação requer que seja determinada, no prazo de um ano, a produção de material didático e paradidático, que deverá apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos do povo indígena Apurinã, levando em consideração a sua tradição oral, publicado em versões bilíngues, multilíngues ou em línguas indígenas, incluindo as variações dialetais da língua portuguesa, conforme a necessidade das comunidades atendidas.

Dano moral coletivo

O MPF/AM pediu ainda à Justiça Federal a condenação da União, do Estado do Amazonas e do Município de Boca do Acre ao pagamento de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 200 mil, em favor do povo da Terra Indígena Apurinã.

Na ação, o Ministério Público Federal demonstra que várias foram as omissões do Poder Público em relação ao povo indígena Apurinã, que não teve acesso ao direito fundamental da educação, tendo suas crianças e adolescentes privados do fornecimento de ensino adequado com geração de graves prejuízos ao exercício da cidadania e à dignidade da pessoa humana, sendo tratados sem respeito e consideração pelo Estado, justamente quem detinha a obrigação de promover o acesso ao ensino de qualidade, com as adaptações necessárias às peculiaridades do ensino indígena.

O MPF/AM destaca ainda que os prejuízos decorrentes de espaço e estrutura física inadequada continuam presentes na aldeia Camapã, pois não foi realizada nenhuma reforma ou melhoria na escola da terra indígena. Os professores indígenas se veem obrigados a dar aulas em casas de familiares na aldeia e a escola municipal, que funciona em uma casa e atende alunos de 1ª a 4ª série do ensino primário, corre risco de desabar.

A ação tramita na 3ª Vara Federal no Amazonas, sob o nº 0007159-41.2014.4.01.3200, onde aguarda análise do pedido liminar.

*Com informações da assessoria de imprensa



A ação humana no território indígena é debatida em evento da Unesc

SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 03.06.2014

A história e a cultura indígena em Santa Catarina estarão em foco nos próximos dias na Universidade. Paralelamente a 9ª Semana do Meio Ambiente, que iniciou hoje (2/6), ocorrerá a 2ª Semana Indígena da Unesc (Universidade do Extremo Sul Catarinense), em Criciúma, que começará com a Mostra da Cultura Xokleng, amanhã (3/5) pela manhã, no Auditório Ruy Hülse.

A abertura oficial do evento será às 19 horas, no Auditório, com a mesa redonda "A expansão do agronegócio e de outros empreendimentos econômicos nos territórios indígenas do Brasil", com o professor doutor Clóvis Antônio Brighenti, pesquisador do Laboratório de História Indígena da UFSC. O evento é aberto ao público em geral.

Ainda amanhã, às 14 horas, haverá o lançamento do livro "Era uma vez o Rio Mãe Luzia", no Miniauditório do Bloco P (Sala 19). O professor doutor da Unesc, Carlos Renato Carola, e o historiador Nilso Dassi, autores da obra, participarão de um debate após o seu lançamento.

Na quarta-feira (4/5), último dia do evento, a programação incluirá a apresentação de um vídeo debate "À Sombra de um Delírio Verde", às 14 horas, no Miniauditório do Bloco P. Após o vídeo, ocorrerá o Círculo de Cultura "História e cultura dos índios Xokleng em Santa Catarina", com a liderança Xokleng, Copacam Tschucambang.

A 2ª Semana Indígena da Universidade é organizada pelo curso de História, Setor de Arqueologia e Cedoc (Centro de Memória e Documentação da Unesc). O evento tem o apoio do Conselho Indigenista Missionário, da Funai (Fundação Nacional do Índio) – Coordenação Litoral Sul, Cahel (Centro Acadêmico de História Edson Luís), UNA HCE (Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação).



Indígenas ganham apoio contra PEC da demarcação de terras

SÍTIO VERMELHO, 03.06.2014

Em reunião entre representantes dos povos indígenas e o presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), na semana passada, quando o movimento indígenas promoveu grande mobilização em Brasília, para discutir a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que transfere do Executivo para o Legislativo a demarcação de terras indígena, ficou definido que a matéria só será colocada em votação se houver consenso entre as lideranças partidárias.

Richard Silva

As lideranças indígenas receberam apoio da bancada do PCdoB. "Está na nossa pauta não deixar votar e vocês podem contar com a gente", afirmou a líder comunista. As lideranças indígenas receberam apoio da bancada do PCdoB. "Está na nossa pauta não deixar votar e vocês podem contar com a gente", afirmou a líder comunista.

A líder do PCdoB na Câmara, deputada Jandira Feghali (RJ), ao receber as lideranças indígenas, se posicionou contra a PEC. "Somos a favor dos índios e a favor da terra. Essa PEC contou com a nossa oposição inclusive na Comissão de Constituição e Justiça. Aprovar a PEC 215 é virar de costas para a constituição e as nações indígenas do Brasil. Está na nossa pauta não deixar votar e vocês podem contar com a gente", afirmou a deputada.

O líder indígena, Lindomar Terena, disse que o movimento indígena estava visitando todas as lideranças partidárias em busca de apoio. "Estamos fazendo esse apelo aos líderes partidários com o objetivo de sensibilizá-los quanto ao tema. A bancada evangélica e a ruralista não pode ganhar força para aprovar a PEC que matará nosso povo", disse o líder, destacando que se a PEC for aprovada, nunca mais vai acontecer demarcação de terra para os povos indígenas.

Na reunião, Henrique Alves agradeceu a forma respeitosa como as lideranças se pronunciaram durante toda a reunião. "Esta é uma casa democrática. É a casa do diálogo. Não é a casa do confronto. Aqui ninguém vai ganhar nada no grito. Mas vai ganhar pelo debate e pelo diálogo", afirmou o presidente, afirmando que "enquanto eu estiver na Presidência da Câmara, essa PEC só terá chance de ir a qualquer votação, se ela tiver o consenso desta Casa".

A proposta que altera o processo de demarcação de terras indígenas está na comissão especial que analisa o tema aguardando o parecer do relator. O texto transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão sobre demarcações e ainda permite a revisão das terras já demarcadas.

Outras mudanças seriam nos critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas, que passariam a ser regulamentadas por lei, e não por decreto como tem sido feita até os dias de hoje.

Da Redação em Brasília
Com agências



Rebeca Campos Ferreira, do MPF RO: Narrativa dos indígenas Tenharim aos parentes, autoridades e sociedade brasileira

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

Em 22 de maio de 2014 eu, Rebeca Campos Ferreira, Perita em Antropologia do Ministério Público Federal, estive na Penitenciária de Médio Porte Pandinha, em Porto Velho – RO, com os indígenas Gilson Tenharim, professor da aldeia Campinho-hu, de 19 anos; Gilvan Tenharim, irmão do anterior e, como ele, também professor da aldeia Campinho-hu, de 24 anos; Valdinar Tenharim, agente indígena de saneamento da aldeia Campinho-hu, de 30 anos; Domiceno Tenharim, professor e cacique da aldeia Taboca, de 33 anos; e Simeão Tenharim, agente indígena de saúde da aldeia Marmelos, de 36 anos. Na ocasião ouvi a narrativa que segue transcrita, “um apelo” como chamaram os indígenas, para ser repassada aos parentes, às autoridades e à sociedade brasileira. A narrativa a seguir foi realizada por todos eles, simultaneamente.

CICAF

“Queremos registrar o que a gente passa aqui.

Tem alimentação sim, mas não é da nossa cultura e a gente não está acostumado com isso, e está fazendo mal pra gente, dá dor na barriga, dá diarreia. A gente não tem gosto de comer, estamos acostumados com outras coisas de comer, o que a gente comia sempre, de caça, de pesca, é diferente. Estamos há três dias sem comer. Se comer vamos passar mal. É melhor não comer. A gente queria pelo menos ter nossa alimentação da cultura. A gente não consegue dormir assim. Não podemos ter rede. Nosso corpo não é acostumado com isso aqui. E não tem quase sol, nem chuva, nem o céu.

Isso atinge toda nossa cultura. A cultura que a gente está acostumado e nossos parentes que estão lá. Nossos filhos, nossas mulheres, nossos pais, e os mais velhos. E nós perdemos nosso pai, que era cacique. E nem pudemos fazer os rituais dele. Nem as outras cerimônias que tem que fazer nessa época. O povo da aldeia está sem cacique agora. Isso preocupa demais a gente.

Isso é fora da nossa cultura. E a nossa cultura aqui a gente não liberdade de fazer. A gente não pode ter cocar nem fazer nossos rituais. Nem dançar, pintar, nossa cultura, nossas coisas. Isso vem pro nosso corpo também. Nosso corpo e nosso espírito sofre, e do nosso povo lá, a gente se preocupa muito.

E depois de tudo que já fizeram com nossos parentes desde 500 anos quando os brancos chegaram. E tudo que eles passaram. E com a estrada também. Mas naquele tempo não tinha lei. E hoje tem lei pra nós índios. Somos tratados de forma esquisita. É tudo contra índio. Mas a gente não é empecilho para o Governo, a gente é aliado para um mundo melhor pra todo mundo. A gente não é contra branco. Somos aliados, queremos um mundo melhor para todo

CONT.



mun-do.

A gente está sentindo muito aqui. Estamos longe da terra, dos parentes, a gente perdeu nosso cacique, sofremos tudo aquilo, do povo branco, da polícia, estamos aqui presos, sem saber das coisas, com medo. Nós não somos seres humanos aqui. Mas nós somos brasileiros também. A gente enfraquece, a gente está magoado. Toda nossa família enfraquece. Nossa terra enfraquece.

Nossa esperança é Deus agora, são vocês do Ministério Público Federal, dos nossos parentes lá fora, de quem puder ajudar a gente.

A gente não fez isso que falaram na televisão. A gente não é aquilo que eles falaram. Por que fazem isso com nós indígenas? A gente está em risco, aqui, e nossas famílias lá na nossa terra. A gente não tem proteção. O governo não cumpre nossos direitos, nem lá fora nem aqui dentro da cadeia. Estamos em risco. A gente desgostou da vida.

E na aldeia, não podemos fazer os rituais da morte do nosso cacique, a gente não pode fazer os rituais do novo cacique, nosso povo está sem rumo, sem direção. Nem nossa festa vai ter esse ano, ela acontece desde sempre do nosso povo. São os espíritos nossos, somos nós todos que sofremos. Nem a cerimônia do nosso falecido pai e cacique aconteceu, isso é ruim para o espírito. Pode vir coisa ruim, coisa pior do que isso. A gente não tem liberdade. A gente está sem vida. E a gente é inocente. Não somos o que eles disseram. Queremos registrar essa mensagem para a sociedade.

Estamos sem ritual, sem nossa cultura, sem cocar, sem nossa família e a terra onde a gente nasceu, sem liberdade. A gente vive de cabeça baixa aqui. Estamos sendo injustiçados. É assim que é justiça dos brancos?

Perdemos o pai, o cacique e a vida. Estamos presos. Estamos sendo injustiçados, a gente não fez isso. Perdemos tudo aqui. É justiça isso? Tudo que falaram da gente é mentira, a televisão, os brancos, mentiram e fizeram isso com a gente. Tudo que a gente sofreu, nós e nosso povo, desde que tudo isso começou, e quando a gente veio preso. Não deixaram a gente voltar para casa, a gente não sabia o que estava acontecendo. Mas sabemos que eles fizeram coisa errada com a gente, enganaram, levaram para fora da terra e prenderam, enganaram a gente e os irmãos. Não sabemos direito nada ainda, eles não passam informação, não falam nada. Nem FUNAI, nem os que defendem a gente. Quem defende a gente? Como que é que funciona isso? A gente não entende isso, porque não fizemos, e não entendemos o que vai acontecer com a gente daqui pra frente. O que vai acontecer com a gente? A gente sofreu muito naquela época e está sofrendo muito agora. O povo nosso também. Hoje a aldeia está abandonada.

Nosso apelo é que as pessoas tenham mais amor com o povo indígena. Que trate a gente de forma civilizada. A gente pede para a FUNAI vir aqui, falar com a gente, defender a gente, a gente quer saber quem abraçou nosso caso, quem está pela gente.

A FUNAI não está fazendo nada, só o Domingues da FUNAI de Humaitá que vem ver a gente, e os que sabem dessas leis lá de Brasília da FUNAI não. A gente quer eles aqui pra falar com a

CONT.



gente. A gente não sabe o que está acontecendo, estamos sentindo que ninguém está pela gente das autoridades, só vocês [MPF] e nossos irmãos, nosso povo. A gente precisa ter alguém que defenda a gente. E queremos a FUNAI para informar e proteger.

A gente pede ao Dr. Julio [Araújo/ MPF-AM] e ao Dr. Ricardo [Tavares], pro CIMI que pode ajudar a gente também com advogado. Alguém tem que defender a gente e dizer pra gente o que está acontecendo. A gente agradece muito o Ministério Público Federal, de Manaus e daqui de Porto Velho, Dra. Rebeca [Campos Ferreira/ MPF-RO], o Dr. Filipe [Albernaz/ MPF-RO], por vocês terem vindo aqui ontem e hoje, por vocês lutarem pela gente, por estar aqui ouvindo a gente. É como se fosse nossos irmãos aqui, pra gente isso é muito bom. Foi bom ter visto nossos parentes ontem com vocês, agradecemos por ter trazidos eles, por eles poderem entrar com vocês. A gente está sentindo muita falta da nossa família e da nossa terra. Quando eles vem é bom, quando vocês vem é bom. É bom saber que alguém se preocupa com a gente.

Não queremos ir pra Manaus. Não. Lá a gente vai ficar pior. Lá nossa família não tem como ir ver a gente. Estamos preocupados, com medo. Com muito medo.

E queremos um advogado. Queremos que alguém lute pela gente lá fora. Pelos nossos direitos. É um vazio pra gente aqui. Não sabemos o que fazer e o que acontece. A gente manda um recado para os parentes também ajudarem a gente. Eles já ajudam muito nesse tempo todo. Pra eles virem ver a gente quando é dia de vir. Isso é bom. A gente pede para os parentes ficarem perto da gente, e que eles estejam perto também dos advogados, da FUNAI, do Ministério Público, e de quem vai ajudar a gente.

Pedimos pra ser informados do que acontece. Pedimos pra não ir pra Manaus. E pra ajudarem a gente e protegerem e lutarem pela gente. E para o advogado que acompanhou tudo, o Dr. Ricardo [Tavares], pedimos pra ele vir aqui falar com a gente. Ele viu como foi que fizeram com a gente. Não foi certo o que a polícia fez. Prenderam a gente irregular, levaram para fora da terra indígena, não explicaram nada, não trataram a gente como ser humano. Mentiram, enganaram, diziam coisas pra gente. Pressionaram. E para o Dr. Julio [Araújo/ MPF-AM] nos ajudar e ajudar nosso povo. E para o Ministério Público daqui de Rondônia, Dr. Filipe, Dra. Rebeca, e de Manaus, continuem com a gente, é o que a gente pede. E o CIMI se puder ajudar. Não deixem a gente desprotegidos.

A gente não quer ir pra Manaus. Nossa vontade mesmo, a gente acredita em Deus, é voltar pra nossa terra e fazer as cerimônias que tem que fazer pelo nosso povo.

Pedimos para as lideranças nossas para auxiliar também, em tudo, para as lideranças nossas estarem com a FUNAI, com advogado, com juiz, com o Ministério Público. A gente pede pra saber como está nossa situação, quem está pela gente, e que a FUNAI esteja pela gente também, e que o Ministério Público não deixe a gente.

O procurador da FUNAI veio uma vez, mas parece que a FUNAI não está dando atenção nem prioridade. Queremos defesa, queremos quem lute pela gente. Estamos sem nada, sem família, sem terra, sem cultura, sem liberdade e sem saber como é nossa situação.

CONT.



Ainda bem que nossos parentes e vocês [MPF] estão com a gente. A gente agradece os parentes nossos, nossas lideranças, o Domingues da FUNAI, Dr. Rebeca (MPF-RO), Dr. Filipe (MPF-RO), Dr. Julio (MPF-AM), Dr. Ricardo. Por favor, leva essas nossas palavras pra eles.

A gente está sentindo muito aqui, nosso corpo, nossa cultura, e nosso povo, a gente está preocupado com o que vai ser dos rituais que não vão ser feitos. Mas a gente acredita em Deus, que vai ser feito justiça pra gente. Apelo nosso é pra parar com preconceito e discriminação, para ter mais amor com os indígenas, e não acontecer mais o que aconteceu com a gente com ninguém. Não fizemos aquilo e não somos aquilo que passou na televisão.

Queremos ter nossos direitos, queremos saber como está nosso caso, queremos ser defendidos e protegidos. Não queremos ir pra Manuas. Queremos voltar pra nossa terra com nossa família, fazer os rituais pro nosso povo que não pode mais ficar sem. Somos inocentes. Estamos sofrendo muito aqui com isso, e nosso povo lá fora. Acreditamos em Deus e nos nossos parentes, nossas lideranças, nas autoridades que vão ajudar a acabar com essa injustiça que nosso povo sofreu.

Vimos pra cá de madrugada, ninguém disse pra onde a gente ia. A gente tem medo. Queremos sair daqui. Não queremos ir pra Manaus. Queremos provar que não somos aquilo e não fizemos aquilo. Queremos saber o que acontece, a gente não entende.

Tiraram a gente da terra, prenderam a gente, não deixaram a gente se despedir. A gente não sabia o que acontecia. Não podemos ficar aqui, nem sem saber de nada, e nosso povo não pode ficar sem ritual, sem cerimônia. É o massacre dos espíritos nossos. E tem que fazer cerimônia funeral do cacique. Sem as festas desestrutura tudo, o povo inteiro, se a gente não fizer, vai ser agora em julho, ficamos todos desprotegidos, o povo todo fica desprotegido espiritualmente, e vem coisas ruins, não pode interromper porque isso é desde o começo do nosso povo, e nunca ficou sem fazer. Fica tudo desnordeado, nossa cultura e nosso povo. Sem direção, a gente aqui e nosso povo inteiro lá. A comunidade inteira perde.

E a angústia nossa aumentou com essa história da gente ir pra Manaus. E fica ainda mais longe, a gente sabe que lá não tem como ver os parentes. Não podemos ficar sem ver nossos parentes. A gente não come mais, é muita preocupação, não tem como acostumar nosso corpo e nosso espírito. A gente aqui não pode cantar, não pode pintar, não pode dançar, não é vida pra gente isso aqui. Não conseguimos dormir aqui. Não pode ter rede, não acostumamos deitar aqui. A gente nunca passou por isso, nem de ficar sem ritual, nem nosso povo. Nem de ficar fora da aldeia. Nem de ficar preso, É preconceito com indígena. A justiça ouviu o povo branco e os poderosos, por isso que prendeu a gente e deixa a gente aqui? A justiça tem que seguir a lei. E a gente é ser humano.

Nosso apelo é esse. Para a sociedade ver que não somos aquilo que passou, somos inocentes, estamos sofrendo muito aqui. A gente só quer voltar para nossa terra e nossa família. Queremos que as autoridades escutem a gente, entendam isso. E a gente agradece todos nossos parentes que nunca saíram do nosso lado e todo mundo que está lutando pela gente. Mas não deixem a gente desprotegidos, nem ir pra Manaus, nem aqui como a gente está”.



Cacique Raoni começa giro pela Europa

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

O cacique Raoni inicia nesta terça-feira (3) um giro pela Europa. O chefe indígena aproveita a visibilidade do Brasil com a aproximação da Copa do Mundo de Futebol para tentar chamar a atenção dos europeus para a situação da Amazônia e dos nativos.

Raoni Metuktire desembarca em Paris para um giro organizado pela ONG Planeta Amazônia. O cacique continua a viagem por Bruxelas, Londres, Mônaco e Oslo. Encontros com autoridades locais já estão previstos em algumas das cidades. "A ideia é que os dirigentes europeus e brasileiros se comprometam durante o Mundial. Ir a Europa, onde Raoni sempre foi ouvido, é importante, pois há várias empresas europeias na Amazônia", explicou em um comunicado Gert-Peter Bruch, presidente da ong.

Aos 84 anos de idade, o chefe dos caiapós desembarca na Europa 25 anos após ter se tornado mundialmente conhecido, quando fez um giro mundial ao lado do cantor britânico Sting. Na época, o cacique participou de uma campanha para a criação do Parque Nacional do Xingu. "Essa primeira viagem foi muito boa. Muita gente nos ajudou a obter a demarcação de nossas terras", lembrou Raoni, antes de embarcar.

Os organizadores do giro do chefe indígena tentam beneficiar da visibilidade atual do Brasil durante o Mundial de futebol. "Espero que com a Copa as pessoas prestarão atenção nos índios da Amazônia e nos ajudarão", disse o cacique.



Rio Paraguai para de subir e traz alívio à ribeirinhos

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 03.06.2014

Com a trégua da chuva no Mato Grosso, o nível do Rio Paraguai estacionou na região norte do Pantanal, uma situação que traz alívio para a população ribeirinha no Estado, que a partir de agora não deve mais ser castigada com o aumento do volume de água vinda daquela região. A previsão era de que a água chegasse ao Mato Grosso do Sul no prazo de até quinze dias. A informação é de matéria publicada nesta terça-feira (3), no jornal Correio do Estado.

Conforme o comandante da Agência Fluvial de Porto Murtinho, capitão Antônio Fernando Costa, ontem (2) o nível do Rio Paraguai subiu apenas um centímetro no município, atingindo 6,64 metros - 3,10 metros acima do normal.

A expectativa é de que o rio pare de subir ou até mesmo tenha o nível diminuído nesta terça-feira (3), de acordo com o comandante. No mês passado, conforme a reportagem de Rafael Bueno, a situação estava crítica, com o rio subindo cerca de seis centímetros por dia.



RJ – Sob pressão, Inea suspende licença de barragem no rio Guapiaçu
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

Rogério Daflon e Camila Nobrega
Do Canal Ibase

Após forte pressão de movimentos sociais, em apoio a pequenos agricultores do município de Cachoeiras de Macacu, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) suspendeu temporariamente o processo de requerimento de Licença ambiental Prévia para instalação da Barragem de Guapiaçu. Em um ofício que foi entregue a representantes dos agricultores, o órgão afirma que “foi arquivado temporariamente e sua análise foi suspensa até que sejam apresentados novos estudos e atendidas exigências complementares”. O documento só foi obtido após uma manifestação que reuniu cerca de 200 pequenos produtores de Cachoeiras de Macacu, na porta do Inea, no Centro do Rio, na última terça-feira (27/5). A barragem pode atingir uma cadeia produtiva de quinze mil trabalhadores, que gera anualmente 100 milhões de reais e produz 40 por cento dos hortigranjeiros comercializados nas Centrais de Abastecimento do Rio (CEASA-RJ).

Durante o protesto, uma comissão foi recebida pelo subsecretário da Secretaria Estadual do Ambiente, Antônio da Hora. Integrantes do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) apresentaram documentos constando uma série de irregularidades no processo de licenciamento ambiental relativo à barragem do rio Guapiaçu. Entre as irregularidades, está o duplo papel exercido pela própria Secretaria de Meio Ambiente: ao mesmo tempo é proponente e avaliadora do licenciamento ambiental.

Segundo a geógrafa Daiane Paludo, da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), que esteve presente na reunião no Inea, trata-se de uma primeira vitória da mobilização popular que exige a permanência dos agricultores no território. No entanto, ela ressaltou que, devido à postura da SEA no território, levando mais insegurança à população do que informação, a vitória deve ser comemorada com cautela.

- Vamos festejar essa suspensão, mas também fortalecer a luta, porque a batalha ainda é longa.

A agricultora Maria Cleonilde de Souza soube dos planos de construção de uma barragem que inundaria a área onde hoje fica o sítio da família, quando técnicos apareceram na propriedade para medir a casa e a área. Mas ninguém explicou de que se tratava.

- Eu vivo em Cachoeiras há 45 anos, criei meus filhos e meus netos. Nós não temos estudo, o que sabemos é cuidar da terra, e bem. Planto milho, aipim, batata, ali tudo dá. Sei que temos que compartilhar a água, mas não é possível removerem a gente assim, sem nem chance para argumentar, para entender. A terra ali é boa demais. Vale alagar e expulsar todo mundo? – disse Maria, embaixo de um cartaz que dizia “Se Cachoeiras não planta, o Rio não janta.”

CONT.



Barragem depende da remoção de mais de três mil agricultores

Levando-se em conta as bacias hidrográficas, a disputada riqueza hídrica da região se localiza na parte leste da Baía de Guanabara e na baixada de Cachoeiras. Dali, no encontro dos rios Macacu com Guapiaçu, a estação de tratamento Imunana-Laranjal leva água às cidades de São Gonçalo, Niterói, Itaboraí e à Ilha de Paquetá. Prevendo um déficit de abastecimento, o governo do estado quer fazer mais essa barragem, a fim de suprir a demanda crescente por água, devido ao previsível aumento populacional com a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Dois decretos-lei do governo do Estado desapropriando uma área de mais de 21 quilômetros quadrados põe sob risco a permanência de mais de três mil trabalhadores rurais. Embora o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da barragem ainda esteja sendo feito, a SEA, de acordo com os atingidos, já contratou empresas para fazer cadastramento das famílias. Por isso, os moradores do município e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) exigiu a paralisação deste processo. No final de abril (28/4), houve uma audiência pública com a presença de parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Cerca de 400 pessoas da região disseram não à barragem.

A SEA já havia recebido alguns atingidos no dia seguinte. À mesa, estavam Antonio da Hora, funcionários da empresa Coihdro, que está elaborando o Eia-Rima, e um representante da Carioca Engenharia, construtora, que, segundo informaram os atingidos presentes, já foi contratada para tocar a obra da barragem.

- A desapropriação por decreto em 2013 e a contratação da construtora Carioca demonstram que o processo de licenciamento ambiental está sendo atropelado e que o governo aplica contra os atingidos o discurso do fato consumado. A barragem ainda está em fase de estudo, e justamente o Eia-Rima (Estudo Prévio de Impacto Ambiental-Relatório de Impacto Ambiental) pode pedir mudanças no projeto – afirmou Leonardo Bawer, da coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Potência agrícola

O ganha-pão de muitas famílias está em jogo. De acordo com a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), um levantamento parcial demonstra que a região é uma potência agropecuária. Os dados da EMATER-RIO referentes ao ano de 2013 informam que a área impactada pelo eixo Guapiaçu Jusante é responsável pela produção diária de toneladas de frutas, legumes e folhosas que chegam ao CEASA Irajá (Centro de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro) na capital do Rio de Janeiro. Ao todo, são aproximadamente 1.650 toneladas de alimentos da região mensalmente a abastecer a Região Metropolitana. Só de leite, por exemplo, são 108.000 litros de leite por mês; e de carne de rã, três mil quilos. E a pesca artesanal gera oito mil quilos por ano. Ainda segundo dados da Emater, toda essa atividade movimentou R\$ 21.679.700,00 no ano passado. No entanto, as indenizações propostas aos agricultores que seriam removidos da área não passam da metade disso.

Os dois decretos leis de 2013 relativos à desapropriação da área, sob a justificativa do

CONT.



“interesse público”, já estipulam um valor de indenizações para os moradores do lugar: R\$ 5.000,00 por hectare, equivalente a R\$ 0,50 por metro quadrado, como informa a AGB. Para Moisés Borges, também da coordenação do MAB, há outro fator na forma de encaminhamento do empreendimento. O órgão proponente dele é a SEA, a quem o Inea é vinculado. Os trabalhadores rurais reclamam também que, até agora, não houve qualquer audiência pública proposta pelo órgão ambiental e nem mesmo qualquer outro mecanismo de diálogo.

- Isso é uma violação do direito à informação. Dezesseis violações de direitos humanos são recorrentes no processo de instalação de barragens, como direito à participação, direito ao trabalho e direito à moradia adequada – disse Moisés Borges, coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), acrescentando que os atingidos fizeram quatro solicitações de audiências ao órgão e sequer obteve resposta.

Para Geildo Moura, um dos moradores de Cachoeiras de Macacu que está com sua propriedade ameaçada, já há coação para que as pessoas saiam das casas.

- Já existe forte pressão e a barragem sequer foi aprovada. Já há empresas fazendo cadastramento das famílias, medindo o tamanho das casas. Muita gente está deprimida.

Para os atingidos, o Inea precisa se manifestar para dizer, por exemplo, se está levando em conta as alternativas à barragem do Rio Guapiáçu. A prefeitura de Cachoeiras de Macacu tem três propostas de menos impacto para resolver o abastecimento da região influenciada pelo Comperj. A Associação de Geógrafos do Brasil listou outras oito possibilidades.

O Ministério Público Federal (MPF) já apontou que a SEA não tem estimulado a participação popular no processo, como aponta relatório da AGB. Segundo o documento, desde fevereiro de 2013, “o Ministério Público sustenta a ilegalidade do processo, pois o Artigo 225 da Constituição Federal assegura a participação popular na gestão dos recursos hídricos, ao passo que a SEA definiu a “melhor alternativa” exclusivamente a partir de seus próprios estudos técnicos”.

Em texto do MPF, lê-se que o projeto da SEA foi elaborado “sem que o projeto tenha sido debatido pela sociedade com a participação dos usuários, das comunidades atingidas, do Comitê da Baía de Guanabara ou do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que poderiam não somente contribuir para a tomada de decisão final, mas também para iniciar o debate acerca dos impactos socioeconômicos e ambientais do empreendimento, questão que inegavelmente deve fazer parte do EIA/RIMA, inclusive de maneira a definir as formas mais justas de compensação”.

- O Ministério Público Federal já está acompanhando o processo de licenciamento da barragem – disse a procuradora Gabriela Figueiredo, que esteve presente à audiência pública promovida pela Alerj.

A assessoria de imprensa da SEA afirmou que a audiência pública será realizada após a análise do EIA/RIMA pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), conforme a Lei 1.356 de 3/10/1988. Sobre o encontro com os atingidos na semana passada na SEA, disse que A

CONT.



Fundação Bio Rio é a responsável pela contratação das empresas que irão elaborar os projetos e executar as obras, mas não pôs em questão a forma como isso está sendo feito. Sobre o fato de a SEA ser o proponente da obra, a entidade disse que o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) é o órgão responsável pela análise e emissão de licenças ambientais de todas as obras, incluindo do próprio poder público. Quanto às indenizações, a secretaria informou que os valores serão estudados caso a caso pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). E, quanto às pressões sobre os atingidos, a SEA disse que todas as ações serão dialogadas e negociadas com a população caso a construção do empreendimento venha a se confirmar. Em relação às oito alternativas viáveis ao projeto, a resposta foi a seguinte: "a Secretaria e o Inea não receberam quaisquer projetos dessa associação. Por fim, a SEA disse que encaminhou ao MPF o ofício SEA/SSPIE nº 145/2013 em 31 de outubro de 2013, juntamente com todos os documentos que comprovam a participação da sociedade civil, através de seus representantes legais, o Conleste e o Comitê de Bacia da Baía de Guanabara além de estudos pertinentes (produção científica) ao Projeto Macacu que fundamentaram o projeto da barragem Guapiaçu".



Combate Especial: Entrevista com Claire Doran e Eva Mascolo Fortin, organizadoras do TPP Canadá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

Claire Doran e Eva Mascolo Fortin foram das principais organizadoras do Tribunal Permanente dos Povos Canadá, encerrado este domingo, 1º de junho, em Montreal. Claire Doran é também a porta-voz do TPP Canadá; Éva Mascolo-Fortin trabalha na Comissão de Direitos Humanos na América Latina (CDHAL).

Como a entrevista abaixo foi realizada nas vésperas do início do TPP, Priscylla Joca foi obrigada a escolher entre se dedicar a organizá-la para envio, ou acompanhar os trabalhos intensos do Tribunal. Consideramos que a importância das opiniões emitidas anula, tranquilamente, o fato de algumas respostas se referirem a fatos já acontecidos, mas que terão ainda importantes desdobramentos. Por isso, a publicamos sem qualquer dúvida quanto à oportunidade de fazê-lo. (Tania Pacheco)

Por Priscylla Joca*, de Montreal, para Combate Racismo Ambiental

Priscylla - Uma forte coalizão de organizações da sociedade civil canadense está reunida para questionar a indústria da mineração, que é uma das principais fontes econômicas do país. Acima de tudo, através do TPP, a sociedade canadense chama a atenção da comunidade internacional para julgar a atuação do seu próprio país na América Latina. Isso tem grande importância, e gostaria de saber como surgiu a ideia desse TPP Canadá e como vocês veem tudo isso.

Claire Doran - Falando em geral da indústria extrativista, a mineração é importante no Canadá, embora também tenhamos outras importantes fontes econômicas. A verdade é que temos uma longa tradição na indústria da mineração. Talvez nós devamos começar falando do que aconteceu em 2006, quando foi feita uma recomendação pelo Parlamento canadense para que se realizassem audiências e consultas públicas em todo o país sobre a seguinte questão: "empresas de mineração no exterior respeitam ou não respeitam os direitos humanos?".

As consultas ocorreram em alguns lugares, como Vancouver, e envolveram tanto representantes das empresas de mineração como representantes da sociedade civil. Houve alguns consensos, como a existência de um controle maior da ação dessas empresas no exterior por parte do governo canadense e a necessidade de construir mecanismos de aferição para saber se os direitos humanos são respeitados por dessas empresas.

O governo canadense falou publicamente que tomaria essas providências, mas, não o fez. Adotou mecanismos insuficientes, de caráter mais midiático, que simplesmente não funcionam. Organizações da sociedade civil, como a Organização Desenvolvimento e Paz, dentre outras, passaram, durante alguns anos, a peticionar ao governo do Canadá para que este aplicasse a recomendação, e o governo agiu da maneira como eu disse antes.

CONT.



Alguns membros do parlamento propuseram, então, um projeto de lei a respeito do qual o governo disse que não deveria ser encaminhado até que se provassem os abusos que as empresas de mineração estariam causando no exterior. Então, a sociedade civil canadense e grupos ativistas consideraram essa situação como de nossa responsabilidade, já que 75% das empresas de mineração de todas as companhias do mundo estão registradas aqui, no Canadá. Quando nós pensamos que em outros países isso deve estar causando desrespeito ao meio ambiente e aos povos, nós não nos sentimos absolutamente felizes. Então, de fato nós estamos julgando nossas empresas e nosso próprio governo, na medida em que nós sentimos que é nossa responsabilidade fazer isso. Talvez nós tenhamos mais poder para fazer isso pelo fato de o Canadá ser o maior ator global nessa indústria da mineração. E essa é uma oportunidade para pensar e tentar mudar as coisas, para que haja respeito aos direitos das pessoas.

Eva Mascolo Fortin – Eu gostaria de falar mais sobre como isso se iniciou. A sociedade civil canadense e grupos solidários à América Latina vinham ouvindo falar frequentemente sobre as violações aos direitos humanos e os impactos socioambientais que vinham ocorrendo nos diversos países. Também tínhamos exemplos de pessoas que se opuseram a esses projetos no Chile, na Argentina e em outros países. Então, começamos a fazer atividades para reunir movimentos sociais e grupos que se mobilizam em torno das questões relativas à mineração na América Latina e também aqui, no Canadá. Os povos indígenas, no Canadá, são igualmente impactados pela mineração. Essas atividades de ação solidária criaram ligações entre esses grupos. E o Tribunal será uma oportunidade para todos falarem sobre suas situações, o que pensamos ser realmente importante.

No Canadá, historicamente, nós temos tido leis muito permissivas para com as empresas de mineração. De fato, o Canadá é o melhor lugar do mundo para se investir em mineração. E esse é o modelo que o Canadá vem praticando em outras partes do mundo. Nós nos sentimos especialmente responsáveis por isso, como canadenses.

Priscylla – Tudo isso é muito bom para os processos de resistência em torno das violações praticadas pela indústria da mineração, mas também é um bom exemplo de solidariedade internacional e de demonstração da responsabilidade não somente de governos, de grandes empresas, mas também da sociedade, do povo. Esse parece ser um bom exemplo para a América Latina também! Agora, já que é a primeira vez que irá se realizar um TPP aqui, porque não se julgam também as empresas de mineração que atuam no Canadá? Vocês estavam falando sobre os impactos socioambientais sobre terras indígenas no Canadá...

Eva Mascolo Fortin – O TPP Canadá não é todo o processo. Explicando: todo o processo se passará ao longo de uns três anos, com diferentes audiências, conectando todas elas. Nós estamos começando com a audiência da América Latina porque havia uma vontade natural do movimento de organização em torno do TPP Canadá, mas a ideia é haver também audiências sobre a atuação das empresas de mineração canadenses em África, na Ásia, e, ao final, aqui, em Quebec, no Canadá. Nós temos três anos para compreender melhor os impactos sobre mulheres, povos indígenas, o meio ambiente, e colhermos mais informações sobre tudo isso, em diferentes contextos e situações. E também ter claro os mecanismos que o Canadá vem adotando sobre legislação, taxas, modelos de desenvolvimento e quanto dinheiro público

CONT.



canadense vem sendo gasto para promover as indústrias de mineração. Nós temos um processo que durará três anos para entender melhor todas essas situações.

Priscylla - Num mapa que está sendo feito pela Universidade Autônoma de Barcelona, o Brasil até agora está em 3º lugar no mundo em número de conflitos ambientais. Muitos desses conflitos são provocados pela mineração. Por exemplo, a Consigo Mineradora, que vem atuando no Alto do Rio Negro, Amazonas, impactando 750 comunidades, 23 povos indígenas e 45 mil indígenas. Há também o caso da Belo Sun mineradora, no Pará e da Kinross, em Minas Gerais. Como foram escolhidos os casos a serem analisados no TPP? Por que não será analisado nenhum caso brasileiro?

Eva Mascolo Fortin – Tentamos achar casos emblemáticos com diferentes violações de direitos. No início, identificamos alguns componentes desses casos, como vida, saúde, meio ambiente, autodeterminação. Nós quisemos abranger diversos países. Foi realmente difícil escolher os casos. Muitos deles são casos emblemáticos, onde muitas violações de direitos ocorrem. Analisamos muitos! No caso do Brasil, em nossa equipe nós não temos ninguém que fale português... Então, esse foi o modo mais natural: escolher países de língua espanhola. Nós temos limites; não pudemos cobrir tudo. Há também interesse em realizar uma segunda sessão do Tribunal sobre a América Latina e há muito interesse em se incluir casos da Colômbia, do Peru e do Brasil.

Priscylla - A Vale, brasileira e 2ª maior empresa de mineração do mundo, atua também no Canadá e na América Latina, entre outros lugares. Em 2012 ela foi eleita, na votação da Public Eye Awards, a pior empresa do mundo por denúncias de conflitos ambientais e violações de direitos humanos. Há semelhanças entre a Vale e as empresas canadenses?

Eva Mascolo Fortin – Eu não sei sobre a atuação da Vale no Canadá. Nós temos interesse em saber mais sobre isso... O Canadá e o Brasil são dois grandes jogadores na mineração na América Latina. O problema é mais global... Eu não penso que se possa dizer que há companhias de mineração canadenses que atuam sem impacto no meio ambiente, nem que o problema seja local. O problema é mais global, Eu suspeito que o problema esteja mais ligado às corporações e ao neoliberalismo. E, de fato, o capital, o investimento, pode vir do Canadá ou do Brasil. Mas há mais interesse no Canadá porque muitos investimentos convergem aqui. É mais fácil, aqui, investir o capital em mineração. Se há pessoas de muitos países investindo em operações de mineração aqui no Canadá, registradas no Canadá, é porque há um ambiente realmente favorável a esses investimentos. Então, não é apenas investimento canadense; é um esquema global de enormes proporções.

Priscylla - Estava lendo uma reportagem sobre o fato de que bancos canadenses vão investir milhões na Vale. De fato, a questão não é o lugar, mas o modo como se faz os investimentos acontecerem e circularem globalmente.

Claire Doran – Há um aspecto que é comumente praticado pelas empresas de mineração. Em primeiro lugar, essas operações provocam problemas ambientais, as pessoas reagem a isso, há violações, pressões sobre as pessoas, eventualmente há violência, e há violações de direitos humanos. Esses problemas são causados por companhias canadenses, e com certeza esse é

CONT.



um modo de operação.

Agora os melhores locais para a mineração foram exauridos, e estamos indo para minas a céu aberto, o que é bem mais destrutivo para o meio ambiente, a terra, os povos e seus recursos econômicos. Então, novamente, as pessoas vão reagir e haverá a violação de direitos humanos.

Eu tenho que dizer que o caso do Canadá provavelmente é o mesmo caso do Brasil. A mineração tem investido nisso, são empresas enormes, que privilegiam o dinheiro para produzir e desrespeitam tudo. Desrespeitam cuidados com o meio ambiente e desrespeitam diálogos com as pessoas que discordam. Esse é um estilo de operação que está sendo chamado de "modo canadense", o que não nos agrada em absoluto.

Essas companhias agem em meio ambientes frágeis, em terras nativas, e os povos nativos não têm meios de se defenderem. É mais fácil ter violações de direitos humanos nessas situações. Então, esse é o novo esquema e tipo de operação da mineração nas últimas décadas, penso. É quase impossível ver, ou nós não vemos, muitas companhias de mineração respeitando o meio ambiente, os direitos humanos e a sociedade.

Priscylla – No Brasil existe uma rede chamada Justiça nos Trilhos, que por sua vez criou outra, com entidades de outros países, chamada Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale. Há poucos dias eles realizaram um Encontro de pessoas de diferentes países, para planejar estratégias de ação e de resistência contra a Vale. O que vocês pensam sobre a possibilidade de se construir uma rede internacional para pensar e tratar os impactos da mineração em diferentes partes do mundo, em uma perspectiva global?

Eva Mascolo Fortin - Isso poderia ser interessante. Um dos objetivos do TPP é juntar pessoas, movimentos e organizações em torno de questões voltadas para os impactos da mineração. Nós temos ligações com outras redes. Na América Latina há a Rede Enferma, que se organiza contra as ações da companhia de mineração Goldcorp, uma das maiores do mundo, onde há pessoas de Honduras, Guatemala e de outros países.

Priscylla - Talvez o desafio seja promover o encontro entre essas diferentes redes...

Eva Mascolo Fortin – Sim, é um grande desafio!

Priscylla – O que vocês pretendem fazer com o material coletado durante o conjunto de ações que envolvem o TPP? Nesse processo de três anos, como vocês explicaram, terão oportunidade de coletar diversos materiais, ter contato com diferentes contextos... Que ações práticas vocês esperam como resultado desse processo?

Eva Mascolo Fortin – Nós realmente temos tido oportunidade de ter acesso a informações e ter uma visão global sobre essa situação. Há a ideia de publicizar entrevistas realizadas com os jurados e outras pessoas da América Latina durante o TPP, de organizar relatórios e divulgá-los, de organizar um material que sistematize todo esse processo. Estão em andamento ideias de compartilhar com diferentes grupos o que nós temos aprendido.

CONT.



Claire Doran – Durante esta primeira audiência do TPP, os jurados e os participantes, que incluem pessoas de diversas organizações do Canadá e da América Latina, participarão de grupos e oficinas para discutir os muitos aspectos da mineração. Isso é apenas um começo, mas é uma oportunidade de colocar as pessoas juntas para dialogar sobre o momento após essa sessão do Tribunal, sobre o que poderemos fazer juntos. O que sairá daí dependerá do trabalho dos grupos e das recomendações feitas pelos jurados. Não há um plano pré-formulado. Talvez, se você publicizar isso no Brasil, algumas organizações brasileiras se conectem com o TPP daqui...

Priscylla - Um novo Código de Mineração está sendo votado pelo Congresso brasileiro, e os movimentos sociais e ambientalistas vêm alertando que o governo e as empresas estão sendo protagonistas nesse processo, enquanto que a sociedade não tem tido espaços de participação. Na peça de acusação vocês relatam que as empresas canadenses vêm interferindo em processos políticos e legislativos nos países em que atuam. Na verdade, o que fica cada vez mais claro é que, no Brasil, na América do Sul e Central, na África e no próprio Canadá, os governos estão sendo obrigados a aceitar as imposições do capital, agindo como reféns. Vocês veem alguma alternativa quanto a isso?

Claire Doran – Talvez seja importante questionar especialistas que tenham foco nessas questões, como Pedro Landa, de Honduras. Ele vem seguindo todo o processo de aprovação do Código de Mineração em Honduras. É um contexto diferente do Brasil, mas pessoas como ele têm conclusões baseadas em experiências sobre o que poderia ser feito.

Eva Mascolo Fortin – Em Honduras, há toda uma situação que envolve um grande movimento social contra minas a céu aberto. Há minas em Valle De Siria, da Goldcorp, uma companhia canadense. Isso afeta a água, a qual está muito contaminada por arsênico e outros produtos químicos. Em 2005, a sociedade civil organizada passou a questionar a ação da mineração e a questionar como se dá a empresas a prioridade de usar a água em detrimento da comunidade. Em Honduras havia uma legislação permissiva quanto ao uso da água que beneficiava essas corporações.

Então, em 2009, houve o golpe militar no país, e a sociedade civil perdeu meios de fazer ouvir sua voz nesse processo. Naquele contexto de crise política, houve a aprovação de um novo código de mineração, em 2013, que foi feito muito rapidamente. Houve o envolvimento de empresas e de organismos de outros governos, como, por exemplo, do governo do Canadá, da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e de outras grandes figuras políticas. Então, esse código de mineração foi feito muito rapidamente, sem diálogo com a população. [Para maiores informações, veja AQUI].

Claire Doran – Quanto a alternativas, é importante escrever sobre o que se passa e informar a população sobre o que está acontecendo. Sobre a América Latina, mas também sobre outros locais, como a África. Há estudos ligados à Universidade do Quebec, em Montreal [UQAM], que demonstram que o Canadá influenciou diversos códigos de mineração na África, em situações diferentes da do Brasil, mas... Penso que o importante é espalhar as notícias, fazer as pessoas perceberem que isso está acontecendo a portas fechadas, sem o conhecimento da população, porque as pessoas não estão completamente conscientes disso.

CONT.



Priscylla – Consideramos da maior importância vocês terem decidido enfatizar, entre outros pontos, os impactos da mineração sobre mulheres na América Latina, especialmente as indígenas, nos países de língua espanhola. Gostaríamos de ouvir o enfoque de vocês a respeito.

Eva Mascolo Fortin - Sobre as mulheres há diferentes tipos de impactos, que nós temos que compreender melhor. Quando se pensa em impactos causados pela mineração, as pessoas pensam naqueles que afetam a comunidade, mas não se lembram de que eles também afetam grupos específicos. Por exemplo, os povos indígenas são afetados em seus direitos territoriais, mas também há implicações econômicas e outras. E também há impactos específicos sobre as mulheres.

No atual modelo econômico, a mineração é uma atividade onde a maioria dos empregados são homens. Você não vai encontrar muitas mulheres trabalhando na mineração, e essa é uma parte do problema. A implementação do projeto de mineração na comunidade traz marginalização econômica à mulher. Porque depois se tem o homem trabalhando na mineração e ganhando dinheiro, e a mulher costuma trabalhar mais na agricultura e junto à família. Com a mineração vem a divisão social e o crescimento de violência, prostituição e violência sexual.

As mulheres que resistem ao projeto de mineração sofrem casos de difamação, estigmatização, violência sexual. Em toda essa atmosfera de divisão social não há condições para a existência de equidade, de um meio ambiente pacífico. Temos vários documentos que falam do impacto sobre o meio ambiente e as mulheres. Por exemplo, a água as afeta especialmente, porque elas são as pessoas que mais manejam a água. Também na comunidade e na família, se tem pessoas sofrendo com problemas de saúde causados pela mineração, é a mulher que tomará conta. Por tudo isso é importante enfatizar, explorar o assunto, entender melhor, na verdade.

Priscylla – O destino das Américas e do próprio mundo está claramente interligado, nas perspectivas socioambiental e de direitos humanos. Como vocês consideram que o resultado deste Tribunal Permanente dos Povos possa contribuir para fortalecer movimentos sociais, organizações da sociedade civil e pesquisadores de outros países, na luta contra as injustiças e o racismo ambiental, em casos relacionados a conflitos provocados por empresas de mineração canadenses?

Claire Doran – Esse é todo o propósito do TPP. Primeiro de tudo é dar visibilidade. Há redes na América Latina trabalhando com essas questões, e o TPP vai, pelo menos, dar visibilidade a isso na América do Norte, no Canadá e, provavelmente, no exterior também. E tudo isso é importante diante de tantas coisas que precisam ser visibilizadas.

Nós esperamos, nós acreditamos que estamos realmente fazendo algo. Porque o Tribunal é um instrumento diante do Direito Internacional; ele tem alguma credibilidade!

Um dos objetivos do Tribunal é também instigar pesquisas, encorajar pessoas a pesquisarem, a irem a fundo para compreender os tipos de opressão e/ou devastação que acontecem por causa das empresas de mineração e também os mecanismos que existem no Canadá – ou no Brasil – que dão maior poder a essas companhias, entender como elas agem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

Isso não é completamente compreendido e, para que isso aconteça, é necessário ajudar as pessoas a descobrir onde e como colocar sua energia, suas ações, seu foco para haver mudanças. Definitivamente, o objetivo do Tribunal é dar maior visibilidade e estimular pesquisas. O conhecimento e a compreensão são importantes nesse campo. Porque não é fácil fazer todos compreenderem o que está acontecendo.

-

*Perguntas: Priscylla Joca e Tania Pacheco. Edição final: Tania Pacheco.



Informativo da Aty Guasu: Líder Valmir Guarani Kaiowa é cercado e preso por quatro homens desconhecidos na cidade de Amambai-MS
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

O líder Valmir Guarani Kaiowa de tekoha Guaiviry-Amambai-MS, genro de cacique Nisio Gomes, no dia 02/06/2014 por volta da 10 horas, foi cercado e pego/preso pelos 4 homens não indígena desconhecidos na rua de cidade de Amambai-MS. O Valmir Guarani kaiowa foi levado a força no interior de um carro onde os olhos dele foram vedados e amarrados os braços. Ele foi deixado amarrado no pé de árvores no interior da mata mais de 50 km da cidade Amambai-MS.

Os 4 homens armados lançaram vários tiros no pé de ouvidos do Valmir já amarrado. Colocaram o veneno na boca do Valmir . os 4 homens armados deixaram amarrado o Valmir. Por volta da 15:00 horas o Valmir conseguiu se desamarrar e sobreviveu e saiu na estrada publica e pediu o apoio e acionou a FUNAI de Amambai.

O Valmir relatou que ele sofreu tortura e foi deixado amarrado no mato para morrer: " Me amarraram e falaram para mim que é para morrer lá que ninguém irá me encontrar mais, um líquido amargo colocaram na minha boca,pediram para engolir" depois deu vários tiros no meu ouvido e não ouvi mais, fiquei surdo um poucos, depois eles (04) foram embora no carro".

É importante relatar que o Valmir é testemunha chave no caso de assassinato de cacique Nisio Gomes cadáver escondido pelos pistoleiros das fazendas da região de Amambai e Aral Moreira-MS. O Valmir está no programa de proteção da Secretaria do Direitos Humanos.

Diante do fato terrorista promovida contra a vida da liderança Valmir guarani Kaiowa, nós lideranças pedimos a investigação rigorosa pelas autoridades federais. Todas as lideranças Guarani e kaiowa, Terena, estão sofrendo a ameaça de morte pelos fazendeiros.

Pedimos justiça e punição aos pistoleiros e aos mandantes/ fazendeiros.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ana Beatriz Lisboa.



Pauta dia 4 – 15h: governo leva energia às comunidades quilombolas do paraná
SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 04.06.2014

O governador Beto Richa e o presidente da Copel, Lindolfo Zimmer, entregam nesta quarta-feira (04), às 15 horas, a rede de energia que vai atender as comunidades de remanescentes quilombolas do Vale do Ribeira. O evento, que será realizado na comunidade Córrego Franco, em Adrianópolis, assinala a conclusão da ligação de energia de 163 famílias de comunidades tradicionais do município.

A obra, que recebeu R\$ 4,5 milhões de investimentos, também marca a universalização do atendimento de energia elétrica no Estado. O Paraná já era universal na área urbana e agora atinge a universalização na área rural.

Ao todo, 412 famílias de comunidades tradicionais do município e de Bocaiúva do Sul tiveram acesso à eletricidade nos últimos anos.

Em Adrianópolis, foram beneficiadas 107 famílias da comunidade de Córrego Franco, 27 de São João e 29 de Três Canais. O agricultor Atair Farias da Motta, que vive há 20 anos na comunidade de São João, a 10 km de Barra do Turvo – SP, conta que antes da ligação de energia, a escuridão da noite era amenizada somente com lampiões. “A querosene agora está encostada e aposentada”, comemora.

Em todo o estado, a Copel intensificou a eletrificação rural no período. Somente entre 2011 e 2014, foram construídas 3379 km de rede e realizadas 22728 novas ligações de energia no campo. São mais de R\$ 80 milhões investidos para que a energia elétrica chegue a todos os paranaenses. Na área urbana, o atendimento de energia foi universalizado em 2006. Atualmente, a Companhia possui mais de 4,2 milhões unidades consumidoras e atende mais de 10 milhões de paranaenses.

SERVIÇO: Governo leva energia às comunidades quilombolas do Paraná.

Data: 04 (quarta-feira).

Horário: 15h.

Local: Comunidade de Remanescentes de Quilombola Córrego Franco

Adrianópolis – PR (acesso por Barra do Turvo/SP).

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em:

<http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br



STF: Ministro devolve processo sobre reserva indígena Cachoeirinha à Justiça Federal de MS

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.06.2014

STF

O ministro Teori Zavascki afastou a competência originária do Supremo Tribunal Federal para julgar a Ação Cível Originária (ACO) 1684, proposta por proprietários de imóvel dentro da Reserva Indígena Cachoeirinha visando à declaração de ausência de ocupação indígena no território e a manutenção da propriedade. O processo agora retornará ao juízo de origem, a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Campo Grande (MS).

A ação foi iniciada na primeira instância da Justiça Federal em Campo Grande (MS) contra a União, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Aldeia Indígena Cachoeirinha e os municípios de Aquidauana e Miranda (MS), relacionada com a demarcação da área da reserva. Com o pedido de ingresso do Estado de Mato Grosso do Sul no processo, na qualidade de assistente litisconsorcial dos autores da ação, o juízo de primeiro grau declinou sua competência e determinou a remessa dos autos ao STF.

Ao examinar o caso, o ministro Teori Zavascki assinalou que a controvérsia diz respeito à tutela de direito patrimonial de pessoas naturais em face da demarcação de reserva indígena pela Funai. E, nesse sentido, lembrou que, conforme a jurisprudência do STF, os litígios entre pessoas jurídicas de direito privado contra a União e a Funai, ainda que diante da manifestação do Estado de Mato Grosso do Sul sobre sua responsabilidade pelas indenizações, não se enquadra na competência originária do STF, definida no artigo 102, inciso I, alínea "f", da Constituição Federal para "as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros".

Um dos precedentes citados pelo ministro em sua decisão ressalta, em caso semelhante, que não existe conflito confederativo a justificar a competência do STF. Outro afirma que não há, em disputa envolvendo particular e a Funai, conteúdo institucional ou político, e a disputa patrimonial não envolve diretamente um estado-membro e a União. (CF/AC)

Projeto resgata cultura dos karajá e xavante

SÍTIO REPORTER DO ARAGUAIA, 04.06.2014



A mitologia, as histórias e narrativas dos povos indígenas reveladas em toda sua beleza e força em livros ilustrados e CDs de áudio com a interpretação das histórias. É o que foi feito pelo projeto "Histórias da Tradição", que conseguiu documentar e organizar, para o grande público, parte do importante patrimônio cultural de dois povos originários do Brasil, num trabalho realizado em parceria com as comunidades indígenas.

Tudo se completa agora, com o lançamento de dois livros e dois CDs, um com histórias de uma aldeia Karajá e outro com narrativas de uma aldeia Xavante, além de um website com conteúdo extra.

"O projeto é uma resposta ao pedido dos velhos sábios das aldeias que acreditam que as novas tecnologias, quando apropriadas e conduzidas pelas comunidades, podem ser armas

CONT.



importantes para manutenção das tradições”, explica Angela Papiani, criadora do “Histórias da Tradição” e diretora da Ikor?, produtora responsável pelo projeto.

Os livros são “Ynyxiwè, que trouxe o sol e outras histórias do povo Karajá” e “Aihö’ubuni wasu’u – o Lobo Guará e outras histórias do povo Xavante”. Ambos possuem encarte de pôster colorido e CD.

Para o lançamento dos volumes, foram feitos eventos em cidades próximas às aldeias. Em Canarana (xavante) aconteceu no último dia 02 de maio, na Câmara Municipal da cidade, com a presença dos realizadores (equipe com narradores, coordenadores e ilustradores) para uma noite de autógrafos, quando os índios Xavante realizaram uma cerimônia de canto e dança na praça em frente ao prédio.

Em São Felix do Araguaia, próximo à aldeia Karajá, o lançamento oficial foi adiado, por conta das chuvas que dificultam o acesso à região. No Rio de Janeiro, o lançamento foi no dia 21 de maio, na Livraria da Travessa de Botafogo.

Na capital carioca, os eventos contaram com a presença de quatro integrantes das duas aldeias envolvidas no projeto. Eles falaram sobre o processo e a importância da manutenção de suas tradições. O projeto foi desenvolvido ao longo de 10 meses de trabalho intenso com as aldeias Fontoura, do povo Karajá, do Tocantins, que se autodenomina Iny e Etenhiritipá do povo Xavante, Mato Grosso, que se autodenomina A’uwe uptabi.

O processo envolveu a capacitação de equipes das duas aldeias para a documentação das narrativas tradicionais em áudio, a participação dos anciãos -- os narradores tradicionais detentores do conhecimento, e dos professores e alunos das escolas indígenas nas traduções e ilustração das histórias.

Mais de 60 pessoas indígenas envolveram-se em todas as etapas do processo, incluindo preparação para que continuem a registrar sua cultura. “Somos de uma linhagem antiga. Aprendemos com nossos ancestrais os fundamentos da tradição, transmitidos de geração a geração. Mantemos vivo o Espírito da Criação”, explica Paulo Xavante.

“Nosso mundo era o mundo da oralidade. A gente guardava nossa historia só na memória. Com este projeto, chegou nossa vez de registrar tudo, de colocar no papel as histórias para ficar para as futuras gerações”, afirma Elly Mairu Karajá.

As comunidades selecionaram entre as mais de 50 histórias registradas em áudio, as mais representativas, que melhor revelam os fundamentos dessas tradições. As seis histórias do povo Xavante e seis do povo Karajá foram então traduzidas com todo o cuidado para o português, preservando o estilo do narrador, o ritmo e a essência das histórias.

Escrito por Diário de Cuiabá

Índio supera adversidades e preconceitos e conclui mestrado na UnB
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 04.06.2014

Makaulaka Mehináku Awetí tem 34 anos e seu povo vive no Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso



A entrada de alunos indígenas nas universidades brasileiras, apoiada pelo sistema de cotas sociais, tem permitido avanços importantes que vão além da promoção da diversidade no curso superior. A história de Makaulaka Mehináku Awetí, 34 anos, é exemplo disso. Na última semana, ele concluiu o curso de pós-graduação na Universidade de Brasília, com um trabalho sobre a estrutura linguística do idioma homônimo de seu povo, os Mehináku, que vive no Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso.

Para o agora mestre, a conquista é um avanço histórico. “As línguas indígenas, de modo geral, estão sob análise dos linguistas não indígenas. Ser pesquisador da minha língua coloca o índio como protagonista de sua história”, define. Especialistas no tema concordam com Makaulaka e acreditam que a presença cada vez mais frequente de índios na academia, não apenas como fontes de trabalhos, é sintomática.

Na opinião da orientadora do projeto de Makaulaka e representante do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas (Lali/IL) da UnB, Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, a importância de aproximar os indígenas da universidade supera o rico intercâmbio de culturas e de pontos de vista. “Eles se encantam ao entender com o olhar de linguista, as estruturas de sua língua e as funções que cada elemento que a constitui tem ao expressar sentimentos, emoções, pensamento e cultura de um modo em geral”, explica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

Fundado em 1999, o Lali esperou 10 anos até a primeira defesa de dissertação de mestrado de um indígena. Em 2009, Edílson Baniwa defendeu projeto sobre o idioma nhegatu, do povo baniwa, que vive no Alto Solimões, no Amazonas. Desde então, há uma seleção especial, na qual os índios não precisam fazer provas de inglês, pois o português já é a segunda língua deles.

Jovens indígenas pedem mais atenção à saúde e à educação

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 04.06.2014



A Comissão de Direitos Humanos (CDH) ouviu ontem o depoimento de jovens indígenas a respeito das dificuldades que enfrentam nas regiões onde vivem e sugestões para resolvê-las. Ana Rita (PT-ES) e Wellington Dias (PT-PI), que presidiram alternadamente a reunião, se comprometeram a cobrar soluções do governo.

De acordo com os jovens, os principais problemas que enfrentam se relacionam à saúde e à educação. Falta de hospitais nas aldeias, grandes distâncias em relação às cidades, escassez de médicos e materiais e dificuldades de comunicação com agentes de saúde fazem com que os indígenas não recebam atendimento adequado. Em muitas aldeias também faltam escolas que ofereçam o ciclo educacional completo, o que faz com que os indígenas sejam obrigados a deixar as comunidades para estudar, ficando expostos a problemas das cidades, como violência, drogas, álcool e desemprego.

A discriminação e a exclusão do processo político e decisório foram outros problemas apontados: os jovens relataram ter sido vítimas de preconceito e reclamaram de não serem ouvidos com relação às políticas públicas voltadas para a juventude indígena. Eles também fizeram denúncias de exploração sexual e profissional.

Os jovens pediram mais médicos e mais agentes de saúde, além de mais condições para que esses profissionais possam se deslocar até as aldeias. Sugeriram a criação de repúblicas estudantis exclusivas para jovens indígenas a fim de acolher os adolescentes que migram para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

as cidades para concluir os estudos. Solicitaram o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao combate da violência e do alcoolismo nas aldeias. O líder Marcos Terena propôs a criação de uma universidade indígena.

Alana Keline Manchineri, que integra a Comissão Nacional de Juventude Indígena (CNJI), pediu respeito aos direitos já garantidos pela Constituição, principalmente sobre demarcação de terras.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)



Timóteo cobra do MJ respeito no caso dos conflitos indígenas na Bahia
SÍTIO BAHIA JÁ, 04.06.2014

Timóteo cobra do MJ respeito no caso dos conflitos indígenas no sul e extremo sul do estado

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia, Deputado Timóteo Brito, aproveitou a reunião desta terça-feira (03/06), para registrar o desrespeito do Ministério da Justiça, junto a Comissão, no caso dos conflitos indígenas que atingem o sul e Extremo Sul da Bahia, principalmente as localidades de Itabuna, Ilhéus, Una e Buerarema.

Segundo Timóteo, o ministério realizou uma reunião em Salvador para tratar do assunto e não permitiu que a Comissão participasse do encontro. "Realizamos três audiências para tratar do assunto, nas cidades de Itabuna, Buerarema e Salvador e tínhamos muito a contribuir para o fim dos confrontos com sugestões e propostas", lembra.

Índios da região da Santa Cruz Cabralia, em Porto Seguro, participaram nesta terça-feira da reunião e buscam uma solução para o problema. "Queremos ter nossos direitos garantidos, essa luta também nos deixa triste, já que vemos nossas famílias e amigos sofrendo com a violência", afirma o Cacique Zeca Pataxó. "Ele também lembra que a luta dos índios não é só por terras, mas também por educação e saúde".

Ao finalizar a reunião, o deputado Timóteo observou que existe uma realidade que não pode ser negada, com agressões e vítimas de lado a lado, o que requer uma mediação que satisfaça aos interesses dos descendentes indígenas e daqueles outros, proprietários de terras produtivas, os quais ao longo de décadas cultivam e produzem para o bem de seus familiares e do próprio Estado e que precisam ser respeitados nos seus direitos.



Na universidade, índios buscam formação para socorrer aldeias em Minas

SÍTIO JORNAL HOJE EM DIA, 04.06.2014

Cansados de esperar pela melhoria do acesso à saúde nas comunidades, seis indígenas de Minas, Mato Grosso e Bahia decidiram sair das tribos em busca de solução. Prestaram vestibular, dedicam-se a horas de estudo, driblam a saudade da família e as dificuldades iniciais de convívio com os demais estudantes. Tudo para se tornarem os primeiros médicos de origem indígena formados pela UFMG.

O seleto grupo de estudantes – duas moças e quatro rapazes de etnias diferentes – tem a mesma meta: depois de formados, querem regressar às aldeias onde nasceram e aplicar o conhecimento adquirido na comunidade.

Aos 25 anos, o Pataxó Vazigton, o Zig, nascido em Cumuruxatiba, Sul da Bahia, frisa que é grande a demanda por profissionais de saúde nas tribos. “Gente do Rio e São Paulo fica pouco tempo na aldeia e logo vai embora. Quem sofre com isso é a comunidade”.

Zig cursa o 8º período de medicina por influência dos mais velhos de sua etnia, que o convenceram a deixar o curso de Biologia na Universidade Estadual da Bahia, onde era bolsista. Zig prestou vestibular para a UFMG em 2009 e ingressou na Faculdade de Medicina em 2010.

“Por ser um curso elitizado, fiquei surpreso com a maneira como fomos recebidos. As relações de amizade dentro da escola minimizam as dificuldades”, conta, referindo-se à adaptação inicial.

Amaynara, Pataxó de Carmésia, no Vale do Rio Doce, acredita na saúde preventiva como forma de melhorar o dia a dia nas aldeias. Ela defende o trabalho em equipe, holístico, com os demais agentes de saúde. “Sou muito sonhadora. Só pelo fato de conhecer a comunidade temos muito a contribuir enquanto profissionais”, diz a aluna do 7º período.

Provocar o diálogo entre a medicina ocidental e a medicina tradicional indígena é uma das metas de Adana Omágua-Kambebe, que trocou a aldeia em Manaus por Belo Horizonte. A jovem quer se tornar médica para ajudar na melhoria da saúde indígena da Amazônia, onde, por falta de estrutura e assistência, muitas crianças morrem.

“Quero contribuir com o meu exemplo e incentivar outros jovens da etnia”.

Médica será também pajé da tribo

Cantora, compositora e pesquisadora da cultura Omágua-Kambebe, a jovem Adana – a idade ela não quis revelar – chegou à UFMG em 2012, após três meses no set de filmagens de Xingu, CONT.



filme de Cao Hamburger que narra a história dos irmãos Villas Boas. Popular, com 2.140 amigos no Facebook, ela pretende conciliar as agendas acadêmica e artística, mas recusou convite para novos filmes, por causa do curso.

“Meu tataravô, bisavô e avô eram pajés que as pessoas procuravam para as curas. Desde criança tive tendência para cuidar de pessoas, plantas e animais”, conta Adana, futura pajé da aldeia, no Amazonas. O pajé é uma pessoa de destaque em certas tribos indígenas. São curandeiros, tidos como portadores de poderes ocultos ou orientadores espirituais.

“Meu médico já chegou aqui” é a frase mais ouvida pelo Pataxó Vazigton, o Zig, quando ele vai à aldeia, duas vezes a cada ano, nas férias escolares. “A gente é exemplo e abre as portas para outros”, orgulha-se.

“A comunidade e as lideranças ficam orgulhosas de saber que estamos estudando para ser médicos”, emenda Amaynara, da tribo Pataxó no Vale do Rio Doce. A jovem também pretende unir os conhecimentos acadêmico e tradicional para a prática da medicina preventiva, mas admite que a chamada “medicina de branco” tem tido mais cartaz. “Temos de valorizar os raizeiros, os sábios. Todos têm conhecimento das plantas medicinais.”]

Ao todo, 21 comunidades nos bancos da UFMG

O programa da UFMG de licenciatura para a comunidade indígena tem atualmente 140 alunos de 21 aldeias de Minas, Bahia, Mato Grosso e Pernambuco. A cada ano, a instituição oferece 12 vagas suplementares em seis cursos: medicina, enfermagem, odontologia, ciências agrárias, ciências sociais e ciências biológicas.

A UFMG criou o Conselho Consultivo Indígena, composto de professores e membros de comunidades tradicionais, para institucionalizar as políticas voltadas às comunidades indígenas.

“A universidade tem um papel político de ampliar o diálogo entre os saberes tradicionais e acadêmicos, para que os povos indígenas possam se expressar”, afirma a vice-reitora da UFMG, Sandra Goulart.

Segundo ela, a UFMG pretende trabalhar com outras instituições para que o programa voltado aos indígenas torne-se política de Estado. “Tentamos ampliar o diálogo para implementar uma política de inclusão”.

Tribunal de Justiça acata pedido do MPF e DPU, e os cinco prisioneiros Tenharim ficarão em Rondônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.06.2014



Uma excelente notícia, ainda sem maiores detalhes: o Tribunal de Justiça de Rondônia concedeu Habeas Corpus impetrado pelo Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União para que os cinco prisioneiros Tenharim respondam ao processo em Porto Velho. Ao que tudo indica, está afastada a hipótese de eles serem transferidos para o Amazonas, como havia sido anunciado anteriormente!



No Dia Nacional em Defesa do Velho Chico, campanha alerta para problemas no rio
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 00.00.2013

Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil

No Dia Nacional em Defesa do Velho Chico, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco promove hoje (3) campanha para mobilizar a população de várias cidades às margens do rio. O objetivo da campanha “Eu viro carranca pra defender o Velho Chico” é alertar o Poder Público sobre a importância de revitalizar o rio e focar em um planejamento a médio e longo prazo para o São Francisco.

Para o presidente da entidade, Anivaldo Miranda, “a campanha é urgente em uma época de mudanças climáticas, quando temos que aprofundar, intensificar e organizar melhor a gestão de recursos hídricos”.

Segundo ele, uma das grandes batalhas enfrentadas pelo Rio São Francisco é demonstrar para o Estado que sua revitalização deve ser vista como parte de um projeto estratégico para o presente e o futuro. “A população não deixa de crescer, as atividades econômicas se multiplicam, o clima torna essa região mais problemática. Ou nós mudamos nossa cultura, ou nós vamos evidentemente observar a intensificação dos conflitos.”

Miranda aponta os vários projetos de uso de recursos hídricos da Bacia do São Francisco, como o corredor multimodal, o projeto da transposição, a expansão dos perímetros irrigados e os canais estaduais. “São projetos que o Poder Público municipal, estadual e federal realiza sem se perguntar até onde vai a capacidade da bacia para atender a todos. Para que os projetos se realizem, precisa ter vazão garantida.”

O presidente do comitê alerta também para a situação crítica que vive o rio pela estiagem prolongada – a pior em 50 anos, agravada pela redução da vazão nos reservatórios. Para Miranda, a situação é desafiadora. “Desde 2001, está sendo praticada a redução de vazão para atender às hidrelétricas. Eles usam esse recurso que tem um custo ambiental, social e econômico para os demais usuários da água e as hidrelétricas não se manifestam sobre a devida compensação financeira que devem fazer.”

Ele cita também as outorgas dadas pelos estados em rios afluentes da bacia. “Muitos estados ainda não fizeram um trabalho consistente de elaborar seus planos diretores de bacia, mas estão dando outorgas. Fazer isso sem saber a condição do aquífero é como dar um cheque em branco, e o sistema de outorgas é uma farra de cheques em branco, então é preciso fazer essa revisão.”

O presidente do comitê propõe a articulação do chamado Pacto das Águas, por meio do qual se estabeleceria a gestão articulada dos recursos da bacia hidrográfica.

Edição: Juliana Andrade e Denise Griesinger.



Itaipulândia: A base náutica foi invadida por índios na semana passada

SÍTIO RÁDIO INDEPENDÊNCIA AM, 04.06.2014

Segundo testemunhas, um caminhão fez o transporte dos índios de Santa Helena até Itaipulândia

Segundo o secretário especial de Assuntos Fundiários do Paraná, Hamilton Serighelli, uma divergência dentro da tribo em Santa Helena ocasionou a migração de 44 pessoas.

O local escolhido para montar um novo acampamento foi às terras do Iapar em Itaipulândia.

A justificativa da tribo foi de que o espaço cedido em Santa Helena era muito pequeno e já não atendia as necessidades dos moradores.

Segundo testemunhas, um caminhão fez o transporte dos índios de Santa Helena até Itaipulândia.

De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura de Itaipulândia, a ação não foi acordada entre os dois municípios.

Repercussão

Além disso, a assessoria informou que o prefeito de Itaipulândia, Miguel Bayerle, pediu na tarde de ontem, o afastamento do Conselho dos Municípios Lindeiros.

Bayerle confirma a desfiliação, e aponta o desinteresse do Conselho em discutir questões que abrangem os 16 municípios de fronteira.

Segundo Bayerle, quando se sente que não há o interesse em discutir problemas como o que aconteceu com os indígenas, não há por que continuar fazendo parte do Conselho.

O prefeito ainda comenta que a chegada dos índios foi uma surpresa, e que no mesmo momento, entrou em contato com o Iapar e os avisou da invasão.

Na próxima semana, a Procuradoria do Estado do Paraná, a Funai e a secretaria de Assuntos Fundiários irão até Itaipulândia para tentar uma permuta da área onde estão os índios, já que o espaço pertence ao Estado.

Jucerlei Sotoriva, presidente dos Lindeiros e licenciado do cargo de prefeito de Santa Helena foi na tarde desta terça-feira, conversar com o prefeito Miguel Bayerle sobre a questão e disse que não pretendeu se livrar de "problema" algum e simplesmente atendeu o pleito dos indígenas.

“Esse ufanismo de que o Brasil é o celeiro do mundo é uma falácia”: Sérgio Sauer
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.06.2014



Por Anna Beatriz Anjos
Da Revista Fórum

Não é novidade que o Brasil é um dos maiores exportadores agrícolas do mundo. De acordo com o Ministério da Agricultura, somos o país que mais produz e exporta café, açúcar, etanol e suco de laranja no planeta.

Esse cenário gera a ideia de que nossa alimentação vai muito bem, obrigada. Mas isso não é o que pensa Sérgio Sauer, sociólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, embora produzamos e comercializemos alimentos em larga escala, o problema não está resolvido. “Essa discussão entre produção de alimentos e insegurança alimentar não passa só pela produção em si, mas pelo que se produz, como se produz e para quem se produz. Pensar em produção de alimento, portanto, não de grãos, significa pensar na produção da diversidade”, afirma.

Sauer, que também é relator de Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil, explica que a lógica do agronegócio dificulta a manutenção dessa diversidade. “O mercado, como regulador, vai sempre pensar pelo lado do que dá mais dinheiro”, pontua. “Os proprietários [das terras] não estão preocupados em diminuir metade da fazenda e cultivar alguma outra coisa.”

CONT.



Em entrevista à Fórum, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), o professor falou, entre outros assuntos, sobre a questão da reforma agrária no Brasil, que, para ele, “saiu do foco” durante o governo de Dilma Rousseff. Confira a seguir:

Segundo Sérgio Sauer, a perseguição a lideranças de movimentos sociais ligados à terra e ao território é uma das mais recorrentes violações de direito humano que testemunhou como relator da plataforma Dhesca

Como relator de Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca, quais são as maiores violações de direitos humanos que tem constatado nos últimos anos?

Quando comecei na função, há 4 anos, as maiores violações, os ataques mais sistemáticos estavam muito ligados aos movimentos sociais agrários, como o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] e todos os outros. Se mantêm ainda muitas dessas violações, algumas graves, como assassinatos de lideranças etc, mas mudou um pouco o enfoque. Olhando o Congresso, a bancada ruralista, a própria mídia, vemos que, agora, as maiores violações são aos direitos das comunidades quilombolas, indígenas. Claramente o foco está mais nas lutas de resistência dos territórios.

Do ponto de vista do tipo de violações, se mantêm muito fortemente as perseguições e ameaças, mas ganharam muita força também as violações que a gente chama de institucionais. O fato de o Estado ou governo não implementar ou não garantir certos direitos, como por exemplo, o direito ao território, gera uma série de outras violações, especificamente em relação aos povos indígenas. Acompanhei bastante, nos últimos dois anos, a situação lá no Mato Grosso do Sul, dos Guaranis e dos Kaiowás, e a não garantia do direito territorial gera uma série de outras violências que vão do direito à alimentação, que passa por problemas de saúde mental, passa por uma ampliação do alcoolismo, violência doméstica. Eles relatam isso.

Como a questão da reforma agrária se relaciona às crises ambiental e alimentar?

Como é que a noção de questão agrária surge na literatura? Primeiro com [Karl] Marx e depois, principalmente, com Kautsky [Karl Kautsky, teórico político alemão], que escreve o livro “A questão agrária”, cuja ideia central é: a terra é um impedimento ao desenvolvimento do capital, e aí a reforma agrária seria um mecanismo capitalista de diminuir ou amenizar esse bloqueio. Porque o centro da acumulação capitalista é o trabalho – sua exploração – e o capital. E isso marcou a esquerda, os grupos das teorias críticas, durante uns cem anos.

Mais recentemente, vários teóricos, inclusive alguns de esquerda, dizem que a terra não é mais um impedimento para o desenvolvimento do capital, porque há uma aliança entre o capital e terra, através do agronegócio. Então, se adquire a terra e, com os incentivos governamentais, como créditos etc, em vez de ela ser um impedimento – imobilizar o capital, como a gente chamaria na linguagem mais simples -, ele se dinamiza, porque a terra seria um ativo financeiro. Nessa perspectiva, a reforma agrária não teria mais uma função nem econômica, nem social, ou talvez só social, no sentido do combate à pobreza.

O que estou tentando dizer é que, primeiro, a gente precisa pensar a terra não só como ativo

CONT.



financeiro, não só como meio de produção, mas como base, inclusive material, para uma série de outros elementos, como por exemplo, todo o debate em torno do meio ambiente. Tendemos mentalmente a excluir a terra do meio ambiente, porque ela está ligada à produção.

Mas, mesmo pegando pela dimensão produtiva, você tem um link direto com o tema dos problemas ambientais, portanto, da crise. Por exemplo: a agricultura é uma das principais atividades humanas emissoras de gases do efeito estufa. Isso faz com que a terra volte a ter uma atualidade e que surja uma discussão em torno do tema.

Como é que ela está sendo usada, como é que está sendo preservada – ou não? Com essa centralidade, retorna também o debate sobre a questão agrária. Eu inclusive comecei a utilizar a noção de função sócio-ambiental da terra, não apenas social, porque a dimensão ambiental tem que ser incorporada nessa discussão.

Mesmo que a gente não pegasse pelo tema ambiental, vamos abordar a necessidade de produzir alimentos, de alimentar a população mundial, independente se é problema só de produção, se é problema de produção e distribuição etc. Essa necessidade de produção, também traz de volta a centralidade da terra – como se produz alimento sem terra?. Claro, não é o único fator, obviamente, tem as sementes, tem o trabalho, tem os investimentos, mas a gente tende a tirar da equação a terra, e aí eu digo, se a gente realmente pensa de uma forma mais abrangente, ela volta a ser, no mínimo, parte da equação.

O Brasil importa alguns alimentos básicos, como feijão, trigo e leite. Na sua opinião, é necessário que se aumente a nossa produção agrícola, por meio de mais investimentos no agronegócio, para que sejamos autossuficientes na questão da alimentação? O que precisa ser feito para que o país pare de importar?

Esse ufanismo de que o Brasil é o celeiro do mundo é uma falácia. Claro, nós produzimos muito, e nesse sentido o Brasil tem, entre aspas, uma vocação agrícola. Mas o que vem acontecendo no país já nos últimos 30 anos é que não se produz alimento, se produz grãos. Por que que faço essa distinção entre alimentos e grãos?

Porque, por exemplo, não consumimos só soja. Pensar em alimentação é pensar na diversidade, mesmo que seja no modelo da revolução verde. Tem todo um discurso nessa história, de que precisamos produzir mais alimentos, nos aperfeiçoar tecnologicamente, investir em mais adubo, mais sementes selecionadas, mais sementes transgênicas. O discurso de defesa da mudança do Código Florestal, por exemplo, era de que precisamos de mais terra para produzir alimentos e alimentar o mundo. Mas não é bem assim.

A bancada ruralista e o agronegócio dizem que estão produzindo, exportando, gerando riqueza, mas estamos produzindo dois ou três produtos. O Brasil, apesar de exportar uma parte significativa do que produz, não produz o suficiente para a sua própria população. Essa discussão entre produção de alimentos e insegurança alimentar não passa só pela produção em si, mas pelo que se produz, como se produz e para quem se produz. Pensar em produção de alimento, portanto não de grãos, significa pensar na produção da diversidade, e não necessariamente significa aumentar a quantidade de produção.

CONT.



No caso do feijão, o Brasil era produtor autossuficiente – inclusive, nós exportávamos. Mas a lógica passa pelo preço, e no mercado internacional, a demanda pela soja, e também os seus preços, estão mais elevados. Portanto, estão substituindo os cultivos. Por exemplo, o pequeno agricultor do centro-oeste, onde se produzia feijão, não consegue mais cultivar o alimento, porque a soja levou para a região uma lagarta branca, que não faz mal a ela, mas ataca o feijão.

A questão chave não é que precisamos de mais terras. Quando esse argumento é utilizado pelo setor patronal, ele sempre está pensado na floresta, nos biomas, nas áreas de preservação, quando, na verdade, o sistema do agronegócio já incorporou uma área tão grande, que a gente poderia, só em termos produtivistas, dobrar a produção ou mais sem avançar sobre o cerrado, sobre a Mata Atlântica, sobre a Amazônia.

Como é possível aumentar a produção sem precisar de mais terras?

Uma das questões chaves seria a reforma agrária. Estamos falando de imensas fazendas, de 70, 100 mil hectares de terra, que serão utilizados para aquela atividade que dá mais dinheiro. Os proprietários não estão preocupados em diminuir metade da fazenda e cultivar alguma outra coisa. As questões da redistribuição da terra e, obviamente, de repensar o modelo são chave. Agora, para isso, você precisa de políticas públicas, mas o mercado, como regulador, vai sempre pensar pelo lado do que dá mais dinheiro.

Por exemplo, tinha uma política ambientalista que defendia a expansão da cana de açúcar para áreas degradadas. Mas é mais caro você recuperar uma pastagem degradada, em termos de correção do solo, do que derrubar uma mata nova e aproveitar a fertilidade natural do solo. Então, você precisa criar mecanismos legais, mecanismos restritivos, mas também de incentivos, no sentido positivo, para que haja vontade de se fazer isso.

O Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], principal política de apoio à agricultura familiar no Brasil, financia o clássico. Se o agricultor familiar chegar no Banco do Brasil e pedir um financiamento para produção orgânica, ele não consegue. Mas se ele pedir para plantações de soja, milho, consegue o recurso. Precisamos repensar as próprias políticas para a agricultura familiar, que têm as suas vantagens – não estou simplesmente fazendo “terra arrasada” das políticas públicas. É preciso repensar um pouco essa lógica, se a gente quer realmente caminhar na direção da sustentabilidade.

A agricultura familiar e a agroecologia podem ser o modelo agrícola do Brasil no futuro? Elas dariam conta tanto das demandas internas e externas?

Esse é um debate que tem uma dimensão política muito forte. Eu diria que esse é o caminho, mas isso é uma posição política, não é consensual. Sou da linha de que a agricultura familiar, justamente por ter acesso a menos recursos produtivos, tende a aproveitar melhor esses recursos. Se isso é verdade, então o resultado é sempre mais produtivo, mesmo que seja menos produção. Os defensores do agronegócio vão dizer o contrário, que seria necessário continuar exportando para equilibrar a balança comercial.

CONT.



Do ponto de vista da agroecologia, um dos grandes desafios que está colocado é como a gente amplia, massifica experiências locais, faz com que ganhem dimensão regional, nacional, no sentido, inclusive, de produzir em quantidade? Acho que são desafios, mas eu diria que elas são viáveis e que seriam um caminho mais seguro na direção de um modelo de produção agropecuária mais sustentável a médio e longo prazo.

Durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), praticamente todos os movimentos sociais ligados à terra reivindicaram que o governo de Dilma Rousseff recuou muito em relação à reforma agrária. Você concorda? Por que isso ocorreu?

Sou bastante crítico ao governo Dilma. Ele reproduz o que foram os governos do Fernando Henrique e do Lula: começa com um fôlego maior, especialmente em algumas áreas que nós defendemos, e vai perdendo esse fôlego. Muito claramente, toda a temática da reforma agrária, do fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e produção sustentável saiu do foco, por uma combinação de fatores. Um deles foi, inclusive, uma certa perda da capacidade de mobilização dos movimentos sociais do campo.

O ENA ainda reúne 2 mil pessoas, o Congresso do MST reuniu 5, 7 mil, mas transformar esses encontros em processos de mobilização e pressão é algo que vem caindo sistematicamente nesses últimos anos. Além disso, é uma opção política que já fizeram os governos anteriores – que o Lula fortaleceu e que a Dilma continuou – de apostar no agronegócio. Ele nunca teve uma pujança tão grande como agora, porque tem recursos, incentivos, isenção de impostos para exportação etc. Isso tudo associado a uma demanda internacional dos produtos que eles produzem, dessas commodities agrícolas e não agrícolas.

Ao mesmo tempo, os desafios se tornam mais complexos. Paralelo ao problema do não avanço da reforma agrária, você tem os assentamentos que já existem e precisam criar mecanismos de sobrevivência. Alguns estão endividados, outros estão cercados por várias experiências de agroindústria, e isso toma a energia das lideranças. Então, se tem um caldo bastante complexo que envolve um aumento das demandas internas, uma dificuldade de mobilização social e uma opção de governo, que é um governo amigo, mas que não implementa as bandeiras desses movimentos.

Qual o balanço que você faz da atuação do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) nos últimos anos?

O que acabou acontecendo é que o Incra e o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] vinham num processo de isolamento, de perda de espaço político no governo, e eles foram mudando institucionalmente, fazendo opções políticas justamente no sentido de buscar nichos que não eram os clássicos, como, por exemplo, ampliar os assentamentos, lutar por recursos para novas áreas. E foram fazendo opções de implementar políticas que são menos conflituosas, aí perderam sua característica histórica.

É impressionante, você não vê ninguém criticar o Incra, não tem embates. Exemplo mais claro: em vez de fazer novos assentamentos, [eles dizem que] nós precisamos consolidar aqueles que já existem, colocando os técnicos para criar políticas de assistência técnica. Elas são

CONT.



importantes também, mas se direciona sua pouca força para isso.

Outro exemplo claro foi quando, já no final no governo Lula – e isso depois foi fortalecido no Governo Dilma –, se fez a opção pela regularização fundiária através do Terra Legal. Você tira uma quantidade imensa de funcionários do Incra, que passaram a tentar implementar um programa que é importante, mas, de novo, tira a sua força.

Se vê claramente que essas opções políticas e institucionais tentaram ser eficientes em implementar algumas políticas que não aquelas estruturantes, e isso fez com que o órgão, e também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, fosse perdendo sua capacidade, inclusive, de se colocar internamente no governo, de dizer “espera aí, tem também o nosso Ministério, precisamos de mais recursos porque temos X assentados.” Chegaram a assumir o discurso de que não tem mais luta pela terra, de que não tem mais acampados, e, portanto, não precisa fazer novos assentamentos.

Mudando um pouco de assunto e falando do reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais: quais são os maiores entraves para esse processo? Concorde com a reivindicação dessas comunidades, de que é um processo extremamente autoritário?

Acho que o primeiro grande problema – e isso o setor patronal e o setor do governo entenderam muito bem – é que quando você reconhece um território indígena, tira esse território do mercado de terras ou de futuras possibilidades de investimento ali. É um embate por reserva de valor.

Por isso, há uma resistência e pressão muito forte desses setores de não reconhecer mais nada. Associado a isso, o governo Dilma, especialmente, assumindo um discurso muito burocrático e pragmático, também defende que primeiro é preciso resolver o problema daqueles territórios já conquistados, porque não tem saúde, não tem educação. Isso é verdade, mas as coisas não são descoladas, você não consegue avançar sobre o tema da educação no campo se você não tem famílias sendo assentadas.

Eu diria que, no que se refere aos territórios de povos e de comunidades tradicionais, a chave acho está nessas duas coisas: primeiro, uma pressão para que não se reconheça porque, futuramente, poderão ser terras pra investimento, para reversa de valor etc; segundo, um governo que não vê essas políticas como capazes de mudar a realidade brasileira.

Um terceiro elemento é uma opção do governo, de que é necessário criar infraestrutura, portanto, direcionar investimentos governamentais para desenvolver o Brasil, para fazer crescer – nessa esteira vem o PAC. E aí o governo é realmente autoritário em todos os sentidos.

Por exemplo: você vai construir uma estrada, mas tem lá 100 famílias. Negociar com essas 100 famílias dá trabalho, e o Estado brasileiro tem uma história de autoritarismo, então é muito mais fácil dizer: “vai passar por aqui, você assina o decreto e pronto, depois a gente resolve os problemas”. A nossa prática estatal extremamente autoritária se revela nessas horas.

CONT.



Historicamente, também se utilizou o discurso da necessidade de preservação. Lembro muito bem quando o governo Fernando Henrique instituiu no Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente] que o assentamento de reforma agrária, para ser legalizado, precisava do licenciamento ambiental. Tinha toda uma argumentação da sustentabilidade, de preservar o meio ambiente. Também essa narrativa funciona muito bem para fazer o bloqueio, e isso é muito forte nos últimos anos.

A criminalização [das comunidades tradicionais] via fiscalização é muito forte, seja pela questão ambiental, seja pela questão do uso dos recursos públicos, e isso tem dificultado muito a mobilização dos movimentos, porque qualquer acesso a recurso público a que o pessoal tem direito, o Estado autoritariamente faz aquele pente fino. Não é que a gente seja contra a fiscalização, mas você usa dois pesos e duas medidas, você aplica a lei de uma forma muito mais dura, muito mais rígida, para um dos lados.

Há uma forma de conciliar a preservação ambiental, com a criação de unidades de conservação, ao respeito ao direito das comunidades tradicionais? Parece que são duas coisas que conflitam, mas elas realmente são antagônicas?

O Brasil é um bom exemplo de uma excelente legislação. Por que quando você fala de unidades de conservação, o sistema nacional tem umas 10 ou mais modalidades, que vão das mais rígidas, como as unidades de conservação integral, às reservas extrativistas, às reservas de desenvolvimento sustentável, que são figuras jurídicas e formas de ocupação da terra que pressupõem justamente essa relação entre convívio humano e preservação. Então, do ponto de vista legal, a gente teria os mecanismos, mas, na prática, as coisas são mais complexas.



Carta Aberta em Defesa das Áreas Protegidas Brasileiras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.06.2014

Nós, Servidores Públicos Federais da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Pecma, vimos a público manifestar nosso repúdio diante da criação da Frente Parlamentar em Defesa das Populações Atingidas por Áreas Protegidas (Unidades de Conservação – UC e Terras Indígenas – TI). Temos clareza do papel das UC na garantia de uma vida saudável para as atuais e futuras gerações e das TI para a manutenção da cultura e da dignidade de centenas de povos, de forma que entendemos essa Frente como mais uma iniciativa perversa dentro da ofensiva que o Congresso Nacional vem direcionando às políticas ambientais e aos direitos dos brasileiros.

Dizendo-se defensores dos pequenos agricultores injustiçados pela morosidade do atual sistema de regularização fundiária do país, os integrantes dessa Frente, na verdade, contribuem para uma política de concentração de terras e exploração ilimitada de recursos naturais. Mais um exemplo disso é a tramitação do PL 6479/2006 na Câmara dos Deputados, que propõe a diminuição da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo, no Pará, alegando a presença de 2.500 famílias em áreas onde, de fato, não moram agricultores e somente há pretensões de grilagens de grandes extensões de terras.

Na mesma direção, fragilizando a estrutura e a capacidade dos órgãos ambientais, fundiários e de defesa dos índios, pretende-se transferir exclusivamente para o Congresso Nacional o poder de decidir sobre a criação ou não de Unidades de Conservação Federais e Terras Indígenas (PEC 215), de forma a atender o interesse econômico imediato, de curto prazo. Alertamos que, como modelo de gestão territorial, as Unidades de Conservação são políticas de Estado dedicadas à proteção do Patrimônio Nacional que não podem ser incluídas na lógica mercantilista, tampouco do Estado mínimo. As Unidades de Conservação representam o acesso do povo ao meio ambiente equilibrado conforme preconiza a Constituição Brasileira em seu artigo 225.

As UCs promovem a manutenção da agricultura ao protegerem os corpos d'água; garantem a qualidade da água e do ar; promovem a regularidade das chuvas; proveem gratuitamente organismos polinizadores e o controle natural de pragas, com a conservação da biodiversidade; colaboram com o equilíbrio do clima, devido à preservação das florestas em pé; e outras inúmeras contribuições decorrentes dos serviços ambientais prestados pelos ambientes protegidos. A falácia de que as Unidades de Conservação não contribuem para a economia pode ser rapidamente desmentida com números. Em 88% das áreas em Unidades de Conservação é possível o desenvolvimento de atividades de turismo, produção florestal, extrativismo e agricultura de baixo impacto ambiental. O potencial de arrecadação com a visitação em Parques Nacionais no Brasil é de R\$ 1,6 bilhões. A receita do ICMS Ecológico repassada aos municípios pela simples existência de Unidades de Conservação em seus territórios foi de R\$ 402,7 milhões em 2009. As Reservas Extrativistas garantem não só a posse das populações extrativistas, como também permitem que essas populações possam

CONT.



continuar mantendo suas tradições e sendo beneficiárias das políticas sociais e de incentivo à produção, contribuindo para diminuir a marginalidade e os bolsões de miséria nas cidades grandes. Países que abriram mão de seu patrimônio natural hoje gastam cifras fabulosas para tentar recuperar seus rios e sua diversidade biológica.

Ao contrário do que pregam os parlamentares da Frente, o direito dos pequenos agricultores se defende com reforma agrária, com incentivos à produção, com apoio aos arranjos produtivos locais. Reconhecemos o passivo de regularização fundiária em áreas de várias UCs e da necessidade de indenizar legítimos proprietários e posseiros de boa fé. Por isso conclamamos todos os parlamentares a destinarem os recursos necessários para as indenizações, reassentamentos e fortalecimentos dos órgãos ambientais e fundiários para executarem esses serviços.

O povo brasileiro, povo este que os senhores parlamentares deveriam representar, não quer o retrocesso para beneficiar somente os latifundiários do agronegócio!

Nós defendemos a criação e manutenção de um sistema representativo de Áreas Protegidas por ser esta a melhor estratégia para prover os serviços ambientais necessários à qualidade de vida de todos os brasileiros, inclusive os que ainda não nasceram. Defendemos ainda o respeito aos territórios indígenas e a todos os demais direitos desses brasileiros que vem sendo historicamente marginalizados.

Fazemos essa defesa como trabalhadores, como servidores públicos, como gestores das políticas de estado de proteção ao meio ambiente, como ativistas da causa ambiental, como brasileiros e como cidadãos do mundo.

http://assemma.org.br/fotos/Image/File/Carta%20Aberta%20dos%20Servidores%20da%20CEMA_final.pdf



Secretária da Educação recebe representantes de escola e líderes da comunidade quilombola de Brejo Grande

SÍTIO CLICK SERGIPE, 04.06.2014

Grupo levou ao conhecimento da secretária algumas demandas da escola, que conta hoje com 340 alunos matriculados.

A secretária de Estado da Educação em exercício, professora Hortência Maria Pereira Araújo, recebeu, na tarde desta terça-feira, 03, representantes do Colégio Estadual Amélia Maria Lima Machado e líderes comunitários do povoado Brejão, localizado em Brejo Grande, no extremo norte do Estado, onde reside uma comunidade Quilombola. Acompanhados da deputada Ana Lúcia, o grupo levou ao conhecimento da secretária algumas demandas da escola, que conta hoje com 340 alunos matriculados.

A reunião foi acompanhada pela assessora especial do gabinete, Luzia Magalhães, pelo diretor do Departamento de Educação (DED/SEED), Manuel Prado, pela coordenadora do Núcleo de Educação para a Diversidade e Cidadania (NEDIC/DED/SEED), Maria da Conceição Mascarenhas, e pelo coordenador de Educação Escolar Quilombola (NEDIC/DED/SEED), Edson Aragão Melo.

De acordo com a secretária Hortência Araújo, a reunião foi proveitosa e foram dados encaminhamentos às demandas solicitadas. "Em relação ao problema da falta de filtros de água, foi informado a eles que nós iniciamos um processo licitatório para a compra de novos filtros que serão instalados na escola. Foi informado, também, que o Departamento de Apoio ao Sistema Educacional (DASE/SEED) fará uma visita à escola para organizar a biblioteca e verificar a demanda pelos livros didáticos", afirmou.

Hortência destacou ainda, que a Secretaria vai analisar a possibilidade de elaborar um projeto de reforma para melhorar as condições físicas da escola e informou que a Seed já providenciou a substituição da coordenadora da escola, que se aposentou neste ano. Ao final da reunião, a secretária sugeriu fazer uma visita dos assessores da Seed à escola, para discutir algumas soluções emergenciais junto à comunidade escolar. A visita acontecerá em breve.



Cursos do Pronatec já atendem a indígenas de Tocantínia

SÍTIO ARAGUAÍNA NOTÍCIAS, 04.06.2014

Em busca de novas oportunidades de crescimento profissional indígenas da etnia Xerente, em Tocantínia, 80 Km de Palmas, não perderam tempo e se matricularam no curso de auxiliar administrativo, promovido pelo Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Os cursos do Pronatec são administrados pela Sedecti – Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - com o apoio de parceiros - que já matriculou cerca de 1.300 alunos da Rede Estadual de Ensino de 13 cidades do Tocantins, em 15 cursos.

Tocantínia possui uma turma do curso de auxiliar administrativo do Pronatec e apesar de não ser exclusiva para índios, 96% dos alunos matriculados são indígenas. Eles não quiseram esperar até o 2º semestre, quando começam os cursos exclusivos para indígenas, quilombolas e adolescentes que cumprem medida socioeducativa. “Foi uma surpresa para nós uma turma inteira de índios, pois, não abrimos ainda as turmas destinadas a esse público e isso demonstra o quanto o estudante, seja indígena ou não, deseja se capacitar”, destaca a diretora de formação profissional da Sedecti, Maria da Penha Barbosa.

A estudante Ivonete Sikupti Xerente é um exemplo de como a força de vontade é fundamental nesse processo. Ela mora na aldeia, mas estuda na cidade. Todos os dias vai até a escola municipal Professor Constantino Pedro de Castro para assistir as aulas. “O esforço vale a pena, pois esta é uma oportunidade de estudar e com isso posso trabalhar e até fazer faculdade uma dia”, diz a estudante que não pensa em parar.

A auxiliar pedagógica do curso, Eliane Miranda, destaca que busca auxiliar os estudantes desta turma, onde a maioria é formada por indígenas, com o conteúdo pedagógico para que não exista evasão escolar. “Alguns demonstram dificuldade de assimilar o conteúdo, mas temos contribuído com todo apoio para que ninguém desista”, explica a educadora.

E desistir é uma palavra que o xerente Adalto Wazase não gosta de falar. Ele deixou a aldeia Genipapo, 45 Km de Tocantínia, há dois anos para estudar e não parou mais. A oportunidade de fazer o curso de auxiliar administrativo veio em boa hora. “Quero fazer faculdade de pedagogia, meu grande sonho é chegar na universidade”, garante o estudante.

O professor de matemática da turma, Stenio Moreira, é só elogios aos alunos. “Eles não demonstram dificuldade em aprender, são aplicados”. Moreira acrescenta que ao final do curso os estudantes terão conteúdo suficiente para conseguir entrar no mercado de trabalho e cursar a universidade. “Para esses alunos é o começo de uma grande jornada em busca do conhecimento”.

Como funciona o Pronatec

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 98 / 2014

Brasília, 04 de junho de 2014.

O Pronatec foi lançado no Tocantins há cerca de um mês e até o final do ano oferecerá cursos em todos os municípios do Estado. O Pronatec é um Programa do Governo Federal que tem o objetivo de ampliar a qualificação profissional no país. No Tocantins, o objetivo é que todos os 139 municípios sejam beneficiados com cursos gratuitos. O investimento total será de aproximadamente R\$ 63 milhões e serão disponibilizadas 20 mil vagas para capacitação dos tocantinenses, o que deve aquecer o mercado com mão de obra qualificada.



Índios do Noroeste: miséria e luxo brigam para garantir espaço

SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA, 04.06.2014

Construção de prédios invade terras destinadas por lei a reserva indígena

Em novembro de 2011, índios e simpatizantes da causa entraram em conflito com máquinas, empreiteiras e companhias imobiliárias. No espaço, denominado Santuário dos Pajés, cercas e tapumes foram derrubados. Três anos depois, a reportagem do Jornal de Brasília esteve no local e encontrou um cenário marcado por extremos. De um lado, prédios luxuosos. Do outro, índios vivem de forma precária.

Devido a parecer técnico encomendado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), o juiz federal da 2ª Vara, Paulo Ricardo de Souza Cruz, reconheceu, em dezembro de 2013, a legitimidade da ocupação indígena do terreno que, outrora, fora a Fazenda Bananal. Ou seja, os índios podem permanecer no local, por enquanto, e a Terracap não deve proceder com a ocupação do terreno, que agora é chamado de Setor Noroeste.

Contraste impressiona

Desde 2008, as questões burocráticas assolam a pequena comunidade instalada no local. Ela está em Tekohaw, aldeia com cerca de 70 pessoas a poucos quilômetros dos edifícios mais robustos do setor habitacional. O contraste é gritante. Os índios, abrigados em casas montadas com argila, troncos e folhas, sobrevivem de artesanato e não usufruem de eletricidade há vários meses.

"Quando cheguei, só tinha umas placas de demarcação e um terreno vazio. Construimos tudo do nada", conta o cacique dos indígenas que agora ocupam a região, Francisco Filho Guajajara. Seu último nome é uma referência à ascendência à qual pertence, diretamente ligada aos tupi-guarani. Francisco veio do Maranhão.

"Conhecíamos o santuário e sabíamos dessa área de reserva. Viemos umas 60 famílias, mas hoje tem 13", relata o cacique.

Em meio à mata densa que se assoma sobre a vila, o clima é de cidade do interior. As crianças brincam ao barro e, em um barracão improvisado, com redes manufaturadas, há um ponto de encontro.

Falta assistência

Como porta-voz, o cacique Francisco revela o descontentamento geral com aqueles que deveriam auxiliá-los. "Só entra gente aqui quando é para fazer reportagem assim ou quando o 'Direitos Humanos' ajuda. A Funai podia ao menos entregar cestas básicas", reclama.

CONT.



Para sobreviver, além do artesanato vendido em diversos pontos da cidade, eles recorrem ao costume indígena de usar a natureza como alimento.

Impasse longe de solução

O local destinado à aldeia e ocupado atualmente tem quatro hectares e foi reconhecido pela Justiça. No entanto, apesar da recomendação judicial, o cacique Francisco diz não conseguir deixar de se sentir acuado ao ver os prédios largos crescendo a cada dia sobre as árvores.

A aldeia fica próxima a uma vila de catadores, com casinhas de lona e montadas sobre lixo. A situação dos índios não é diferente. Francisco diz não querer sair, pois é preferível resistir. "Se aqui, que deveria ser uma reserva, está difícil de se manter, imagina em outro lugar?", lamenta Francisco.

A Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) informou que "quanto à questão do Santuário dos Pajés, a Terracap e a Funai estão negociando o melhor encaminhamento de uma solução, mas ainda não há prazo". A via W9, que deve ser uma das avenidas do Noroeste, só deve ser completada após "acordo entre as partes".

Afirmação polêmica

Na época dos conflitos, um representante da Funai, Mário Moura, disse à Agência Brasil que não "considerava a área como terra indígena". Procurado, o órgão não respondeu até o fechamento desta edição.

Saiba mais

Na época do conflito, apesar do laudo emitido por Jorge Eremites, a Funai continuou a alegar que a terra não era de posse indígena e que a tese do antropólogo não se sustentava. O órgão chegou a afirmar que a maioria das pessoas que vivem no local não são lideranças indígenas.

O estudo elaborado pelo antropólogo aponta que a terra do Santuário dos Pajés é ocupada por índios da etnia Fulni-Ô desde os anos 1950.

Fonte: Da redação do Jornal de Brasília



Hantavirose: expansão do agronegócio faz doença espalhar entre índios e comunidade rural em MT

SÍTIO RÁDIO PIONEIRA, 04.06.2014

O desmatamento nos municípios da região de Sapezal, uma das grandes fronteiras agrícolas de Mato Grosso, no médio Oeste do Estado, está mudando hábitos de ratos silvestres da família sigmodontinae, transmissores da hantavirose. Essa doença, de elevado risco de morte, já fez, nos últimos sete anos, mais de 50 vítimas fatais na região onde vivem mais de 2 mil indígenas, que são os mais vulneráveis à propagação da enfermidade, junto com toda a população da zona rural. A hantavirose ocorre em todo Mato Grosso, considerado endêmico para a doença.

Entre os Paresi, há casos suspeitos e confirmados, mas sem óbitos. Há quatro meses, uma indígena ficou internada em estado grave, mas conseguiu vencer a doença. Não existe tratamento para a hantavirose. A superação só é possível se o próprio corpo tiver forças para reagir.

"Já fomos avisados do perigo", informa a fiscal da Associação Indígena Himerese, Maria de Fátima Paresi, de 43 anos. Segundo ela, há cinco anos morreu um trabalhador rural de uma fazenda próxima, onde há plantio de soja e milho. "Nessa época, fomos assistir a uma palestra na fazenda. Aqui na aldeia, eles mandam entregar cartaz e pedem que a gente mude de comportamento, que não deixe resto de comida em volta da casa, que não fique levantando poeira quando varre e muita coisa mudou por aqui, pelo menos na minha casa, desde que aconteceu essa morte".

O alerta já chegou também às aldeias dos Nambiquara, que ficam bem próximas a fazendas, onde já ocorreram óbitos por hantavirose. O indígena da etnia sabanê, Napoleão Índio do Brasil, de 65 anos, conhecido como "Maracanã", mora na aldeia Vale do Buriti, na Terra Indígena Tirecatina, em Sapezal. O rato silvestre, segundo ele, é muito comum por ali. "Volta e meia eles aparecem. Na minha aldeia, por enquanto ninguém adoeceu, mas de repente pode acontecer e essa doença é ruim", comenta o indígena. "O que acaba com eles são os gatos, mas é só isso que acaba com eles, mais nada".

A expansão do agronegócio na região, da qual Sapezal é uma das grandes referências, dá condições ideais à propagação da doença porque, além do desequilíbrio natural provocado pelo desmatamento que deixa o rato sem predadores naturais, esse roedor encontra fartura de alimento nos silos para armazenagem de grãos, principalmente milho e milheto, além das lavouras.

A redução do número de gaviões e cobras, por exemplo, que são os dois principais predadores do roedor, também garante a proliferação. "Você tira os principais predadores dos roedores e oferece milho e milheto a eles. Para eles, não há comida melhor do que isso. Daí se cria um cenário muito propício para o roedor, que fica por ali engordando, procriando e expondo todo mundo ao risco de contaminação e morte", explica o coordenador geral da OPAN, Ivar Busatto.

CONT.



O médico sanitário Wanderlei Pignati, pesquisador da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), assegura que esse cenário da doença tem tudo a ver com o agronegócio, porque os fazendeiros, segundo ele, não se preocupam em erradicar o rato ou, quando muito, só cuidam de eliminá-lo nas proximidades dos silos. "Eles são atraídos por resto de safras, que caem no chão, e ficam por ali, nas redondezas. Então, se são eles que os atraem, teriam também que eliminá-los, mas não fazem isso".

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) não assume essa responsabilidade para si. Afirmar não ter conhecimento de estudos que assegurem que o roedor da hantavirose encontra no ambiente agrícola um cenário confortável. "O setor produtivo entende que não existe relação entre o agronegócio e a incidência da hantavirose. Este é um problema de saúde pública e que afeta e preocupa tanto o perímetro urbano quanto o rural".

Segundo Busatto, é bom reforçar que a doença não expõe somente indígenas ao risco, mas também os trabalhadores rurais e inclusive os proprietários das fazendas e seus familiares. "Os indígenas ficam mais vulneráveis porque têm uma relação muito próxima com a natureza e não vão se dar conta do perigo desse rato. Para eles, o rato é parte da natureza, com quem convivem tranquilamente", aponta o coordenador da OPAN.

A bióloga Alba Valéria Gomes de Melo, responsável por acompanhar a dinâmica desta doença pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), reitera que os roedores encontram sim alimento em abundância na região superprodutora de grãos. "Nessa região há presença dos reservatórios da doença e isso foi confirmado através de captura de roedores realizada pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Estado de Saúde e Fiocruz".

A bióloga também lembra que, segundo estudos científicos, pode sim ocorrer essa relação entre desmatamento e hantavirose. "No desmatamento você destrói o habitat natural do animal transmissor e este sai em busca de alimento, água e abrigo e entra em contato com o homem podendo transmitir a doença".

Quem está muito assustada com essa situação é a pedagoga Maria Margareth Noronha Valentin, coordenadora do Departamento Indígena da Secretaria Municipal de Sapezal. Quando ela vai para as aldeias, usa máscaras protetoras contra o vírus, já que sabe dos riscos que ela também corre. "Há dois anos, morreu a psicóloga que trabalhava com a gente. Ela fazia esse mesmo trajeto. Após o diagnóstico, viveu só mais oito dias. Já morreu muita gente, principalmente em Campo Novo", confirma.

A hantavirose é uma doença viral, de alto grau de letalidade, e ainda não há medicamentos contra ela. O vírus transmissor é encontrado na urina e fezes dos ratos da família sigmodontinae, que saem ilesos. A forma de transmissão é pelas vias respiratórias. Os sintomas da hantavirose são a princípio similares a uma gripe. A doença causa desconforto respiratório agudo, insuficiência renal, pressão baixa e baixa oxigenação sanguínea.

Mato Grosso é um estado endêmico para a doença, principalmente na região do Médio Norte e Norte. Nos últimos 10 anos, foram registrados 223 casos. A doença é inclusive de notificação obrigatória e os dados são organizados no Sistema de Notificação de Agravos de Notificação do

CONT.



Ministério da Saúde (Sinam-MS). O auge da doença foi em 2006, com 49 casos registrados.

Nas fazendas da região, não há também, conforme a própria Famato, um trabalho específico de combate ao roedor. O que há é que “nas propriedades rurais é necessário que um responsável técnico com ART realize os devidos controles de roedores”. A ART é um registro de capacidade técnica emitido pela entidade trabalhista a qual o profissional está vinculado.

Não há uma grande política pública contra a doença. A prefeitura tem, preventivamente, borrifado com água sanitária os arredores das casas dos indígenas e da população rural como um todo de 15 em 15 dias. “Água sanitária é a única coisa que repele o rato”, apregoa Margareth.

Além disso, ela diz que tem massificado informações sobre a prevenção à doença nas aldeias, propondo algumas mudanças de comportamento. “Os índios ficam muito assentados no chão, levantam poeira varrendo, andam descalços e isso os aproxima do vírus. A gente explica para não deixar sobras de comida do lado de fora das casas, não estocar e não fazer plantação perto de casa, manter as roças e hortas a uma distância de pelo menos 50 metros de casas”.

A mudança do comportamento indígena não vai assegurar a erradicação da doença. “Acreditar nisso é uma esperança muito frágil”, adverte a assistente social Cleacir Alencar Sá, do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Cuiabá e da Casa de Saúde Indígena (Casai) em Tangará da Serra. “Os Nambiquara usam o chão até para dormir. Mas a questão não é só o chão, é o ambiente inteiro, porque a doença se pega no ar, basta respirar”.

Segundo ela, “os índios ficam totalmente vulneráveis naquela região e os municípios não têm nenhuma preparação para combater a doença. Há algum tempo, em Tangará, houve um caso de contaminação de um caminhoneiro, que nem lida direto com silos. Imagina o risco então de quem está mais próximo do rato. Acho que falta uma fiscalização ostensiva nos órgãos responsáveis pelo trabalho, porque, com água sanitária ou sem água sanitária, os indígenas e as populações rurais em geral vão continuar correndo o mesmo risco”.

A hantavirose não é uma doença nova. “Mas vem ganhando proporções enormes em toda a região onde há plantio e garantia de alimentos aos roedores. É preciso vigilância urgente porque a enfermidade está se disseminando e podemos perder o controle da situação, se não tiver um trabalho educativo para mudar comportamento sem todas as áreas de lavoura”, alerta o coordenador geral da Operação Amazônia Nativa (OPAN), Ivar Busatto.